

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
RAMO – ARQUIVOS HISTÓRICOS

Da Roda ao Hospício de
Penafiel (1789-1928)
Uma Visão Sistémica e
Integrada da Produção da
Informação
Patrícia Madalena Gomes
Carvalho

M

2017



Patrícia Madalena Gomes Carvalho

DA RODA AO HOSPÍCIO DE PENAFIEL (1789-1928)
UMA VISÃO SISTÊMICA E INTEGRADA DA PRODUÇÃO DA
INFORMAÇÃO

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pelo(a)

Professora Doutora Inês Amorim

e coorientada pelo Professor Doutor Armando Malheiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

Da Roda Ao Hospício De Penafiel (1789-1928)
Uma Visão Sistémica E Integrada Da Produção Da
Informação

Patrícia Madalena Gomes Carvalho

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo Arquivos
Históricos,

orientada pela Professora Doutora Inês Amorim
e coorientada pelo Professor Doutor Armando Malheiro

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Julce Mary Cornelsen
Universidade Estadual de Londrina – Paraná

Classificação obtida: 17 valores

À minha mãe e ao André.

Sumário

Agradecimentos.....	10
Resumo.....	11
Abstract	12
Índice de ilustrações.....	13
Índice de tabelas (ou de quadros).....	14
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução	17
1. Objetivos	18
2. O local de estágio – as funções do ADP	19
3. Fontes e metodologias.....	20
4. O projeto de estágio e a sua adaptação.....	22
Capítulo 1 – A criação das Rodas	28
1.1. Os antecedentes.....	28
1.2. A institucionalização das Rodas – a legislação de Pina Manique.....	29
1.3. As Câmaras chamadas a administrar Rodas – Decreto de 19 de setembro de 1836	31
Capítulo 2. – Penafiel, a sua Roda e Hospício	38
2.1. Concelho de Penafiel – evolução dos seus limites	38
2.2. A criação da Roda	40
2.2.1. Data da criação.....	40
2.2.2. Edifícios onde funcionaram a Roda e o Hospício	43
2.3. As responsabilidades concelhias sobre a Casa da Roda e Hospício.....	44
Capítulo 3. – Estudo orgânico-funcional.....	47
3.1. Órgãos, competências e funções da Roda	47
3.2. Órgãos, competências e funções do Hospício	56
Capítulo 4. Descrição de séries do fundo da Roda de Penafiel	61
Conclusão.....	74
Fontes e Bibliografia	77
Anexos.....	81
Anexo 1 - Quadro de competências da Junta Geral do Distrito /Administrador Geral, Governador Civil.....	82
Anexos em Excel.....	85
Anexo 2 – Série 002 – Entradas	

Anexo 3 - Série 003 – Saídas	
Anexo 4 - Série 008 – Registos de batismos dos expostos	
Anexo 5 - Série 011 – Lactações.....	
Anexo 6 - Série 010 – Processos de admissão de crianças.....	
Anexo 7 - Série 013 – Correspondência recebida	
Anexo 8 - Série 014 – Copiadores de correspondência enviada	
Anexo 9 - Série 016 – Registos de receita e despesa	
Anexo 10 - Série 020 – Diários de despesa.....	
Anexo 11 - Série 026 – Rematações de expostos.....	
Anexo 12 - Série 027 – Atas	
Anexo 13 - Série 028 – Alvarás de nomeação	
Anexo 14 - Série 029 – Diários de receita.....	
Anexo 15 - Série 030 – Livros de ponto na Casa Hospício de Penafiel.....	
Anexo 16 - Série 031 – Registos de óbitos de expostos.....	
Anexo 17 - Série 032 – Registos de pagamentos às amas.....	
Anexo 18 - Série 033 – Sessões da Comissão de Admissão de Expostos.....	

Agradecimentos

Em primeiro lugar um grande agradecimento à Professora Doutora Inês Amorim e ao Professor Doutor Armando Malheiro pelo apoio e acompanhamento prestados para que este trabalho fosse possível, mas principalmente pela confiança e alento nos momentos de dúvidas e receios.

À Professora Doutora Fernanda Ribeiro, pela disponibilidade concedida para que fossem possíveis as aulas sobre arquivos que nos guiaram no primeiro contacto com as normas arquivísticas e com a documentação.

À Professora Doutora Helena Osswald que, embora não esteja diretamente ligada ao meu projeto, me acompanhou desde o 1º ano de Licenciatura e nas primeiras passadas pela investigação histórica.

À Professora Doutora Olívia Pestana pelo receção e entusiasmo, mas sobretudo pela visão inovadora no que diz respeito à Arquivos e Bibliotecas.

À Dr.^a Sónia Gomes, pela disponibilidade e apoio prestados durante o estágio realizado no Arquivo Distrital do Porto, e a toda a equipa do Arquivo que permitiram que este trabalho fosse possível.

Não podia deixar de prestar um grande agradecimento à minha amiga e colega Carla Castro que me acompanhou durante todo o Mestrado e estágio, discutindo ideias e propondo soluções.

À minha mãe, pelo apoio incessável e compreensão.

Resumo

Este trabalho foi realizado ao longo de dois anos no âmbito do Mestrado em História e Património, na vertente de Arquivos Históricos, e resultou no estudo e tratamento arquivístico da documentação produzida pela Casa da Roda (1789-1865) e pelo Hospício de Penafiel (1865- 1928).

O contacto direto com a documentação foi realizado durante um estágio de 400 horas no ADP, instituição detentora do fundo da Roda de Penafiel (acondicionado em livros e caixas). Porém, antes foi imprescindível fazer todo um trabalho de contextualização no que toca à assistência, quer a nível nacional, quer a nível local (Penafiel), para enquadrar este estabelecimento dedicado à proteção ou acolhimento da criança abandonadas por diferentes motivos.

Desta forma, o trabalho divide-se em duas partes, uma parte mais histórica, contextual, com os primeiros passos dados na assistência aos expostos, criação das Rodas, o espaço específico de Penafiel, e outra mais prática de aplicação de técnicas arquivísticas ao fundo da Roda de Penafiel, com o recenseamento da documentação, tratamento e descrição da mesma a nível de inventário de todos os livros produzidos pela Roda e pelo Hospício (1789-1928) e pela descrição dos processos de admissão de crianças de 1865 a 1876.

Palavras-chave: Expostos, Roda de Penafiel, Hospício de Penafiel, Arquivo.

Abstract

This project was performed over two years in the master's degree in history and heritage, in terms of historical archives, with the objective of archival treatment and study of documentation produced by the Casa da Roda (1789-1865) and by Hospício of Penafiel (Penafiel Hospice) (1865-1928) both institutions responsible to receive abandoned children.

The study of this information was carried out during a 400-hour internship in Porto District Archives, owner of Casa da Roda and Hospício of Penafiel (assembling books and boxes of manuscripts). This work was prepared with an essential research in order to understand the contextualization of the production of information, not only in terms of a local approach but also at national level. The aim was to reconstruct the history of assistance in long time, to frame this establishment dedicated to the protection of the children.

Indeed, we can split the research into two parts: a first one, more historical regarding the creation of the Portuguese Rodas and in particular the Penafiel case, and other one more practical with the organization one inventory, treatment and description of the of the documentation.

To complete this project, there were several steps and issues to face that led us to the reformulation of the project and of the initial goals. By several vicissitudes independent of our will, our final work was focused on archival treatment of all books produced by Roda and by Hospice (1789-1928) and on the accurate description of the processes for the admission of children (1865 to 1876).

Keywords: Exposed, Roda, Hospice of Penafiel, Archive

Índice de ilustrações

Imagem 1 – Bilhetes assinados pelas Diretoras da Roda de Penafiel.	51
Imagem 2 – Modelo de definição de campos de categorias de informação.....	61
Imagem 3 – Exemplos de sinais presentes nos processos de admissão	72

Índice de tabelas (ou de quadros)

I – Vereadores encarregados da administração da Roda de Penafiel	49
II – Estrutura orgânico-funcional da Casa da Roda de Penafiel (por volta de 1854)	52
III – Amanuenses registados nos Livros de Entradas	52
IV – Cargos, funções e produção de informação na Roda de Penafiel (1810-1865)	54
V – Estrutura orgânico-funcional do Hospício (baseada nas figuras presentes na documentação do Hospício)	58
VI – Cargos, funções no Hospício e responsabilidades na produção da informação no Hospício de Penafiel	59

Lista de abreviaturas e siglas

AADP- Arquivo da Assembleia Distrital do Porto

ADP- Arquivo Distrital do Porto

CMP- Câmara Municipal de Penafiel

AMP- Arquivo Municipal de Penafiel

FLUP- Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISAD(G)- Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

ODA-Orientações para a Descrição Arquivística

UI- Unidade de Instalação

*Que sigilo! Subtilmente!
Lançar no bojo da Roda
O Fruto do seu próprio ventre.
O testemunho real
Do pecado e da traição,
Que na hora da verdade
Decidiam dizer não.
P`ela janela estreitinha
Que mal lá cabe o nariz,
Entraram p`la vida fora
Ai, tanto infeliz!*

*A Roda os recebia com afecto e carinho
Meia volta, assim entravam
P`ra este pobre cantinho.
Mas rico, muito rico
De amor e caridade,
Porque deu a vida a tantos,
Expostos sem piedade.
Não eram só as coitadas
Que p`ra eles não tinham pão,
Também eram as brasonadas
P`ra não manchar o brasão.*

RAIMUNDO, Natércia Reis – *A Roda e os Expostos*, [S.L.]: Almeida, 1994.p.5

Introdução

Têm-se assistido a um crescente número de projetos de investigação e de estudos abordando a temática dos expostos, nas suas diversas vertentes (pobreza, assistência, administração, relações entre instituições, poderes públicos e privados, etc.). Muito caminho a percorrer no que diz respeito à História da Família e a integração dos expostos, porque dela parecem excluídos. As informações mostram-se restritas do ponto de vista das intenções, da identificação de quem expõe as crianças, já que as exposições ocorrem, na quase totalidade das ocasiões (embora não totalmente), em ambiente de segredo e sonegação (embora aparente) de dados. A exposição representou um problema económico-social, religioso e moral, que adquiriu proporções muito significativas, não só para a sociedade portuguesa, como também para muitas sociedades a nível europeu, mais visível durante os séculos XVII, XVIII e XIX, mas os comportamentos recuam a tempos anteriores¹.

Assim, a nível nacional existe já muita bibliografia sobre a temática, embora não exista uma História geral sobre as Rodas e os seus sucedâneos, os Hospícios. Para que tal seja possível, é necessário trabalhar, igualmente, a montante, localizar a informação, de forma a documentar as redes de relacionamento entre as crianças abandonadas ou expostas. Este é o objetivo deste trabalho que procura realizar uma das tarefas fundamentais em História e Património: localizar a documentação e que a mesma esteja disponível para consulta, tratada arquivisticamente para facilitar a pesquisa. Este processo exige a compreensão dos contextos de produção da informação (da sua História) e da sua divulgação (mediação), chegando aos utilizadores dessa informação que lhe acrescentarão o valor do conhecimento produzido (Património).

¹ Para mais informações vide: ALVIM, Maria Helena Vilas Boas – *Em torno dos expostos: as duas primeiras casas de expostos portuguesas*. In **Revista de História**, vol. 1 (1984). Porto: Universidade Livre, 1984. pp. 147-166.

1. Objetivos

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo Arquivos Históricos, tem como objetivo divulgar o resultado do estudo e tratamento arquivístico da documentação produzida pela Casa da Roda e Hospício de Penafiel, depositada no Arquivo Distrital do Porto. Este tratamento realizou-se num estágio curricular de 400 horas neste Arquivo. Efetivamente, a documentação que não se encontrava disponível para consulta, porque ainda não tratada arquivisticamente, mereceu um trabalho de enquadramento contextual que explicasse a tipologia documental produzida, e assim contribuir para a divulgação e acesso a informação de carácter histórico e social.

Na concretização deste trabalho era necessário cumprir as seguintes tarefas:

- Numa primeira fase, e sobretudo antes de contactar com a documentação produzida pela Casa da Roda de Penafiel, realizar a contextualização histórica do quadro da assistência a nível nacional e em Penafiel, para compreender em que moldes se enquadra a Casa da Roda de Penafiel (esta assistência não pode ser vista de forma isolada, porque se de um lado a Roda do Porto era um apoio para a Roda de Penafiel, a de Penafiel terá sido um apoio para outras Rodas como a de Lousada ou Unhão) e ainda conhecer e caracterizar a Cidade e o Termo de Penafiel,.

- Proceder ao inventário da documentação existente, e à descrição da documentação a nível de catálogo. Em paralelo, proceder ao estudo orgânico-funcional para perceber quem foram os produtores da informação, assim como a organização administrativa da mesma. Na verdade, era necessário perceber, seguindo o modelo de organização sistémica da informação, o órgão, ou órgãos, que produziam a informação escrita que nos chegou, e como chegou. Daí a procura de reconstrução de um quadro organizacional, no qual “encaixariam” as séries a constituir e a identificar.

2. O local de estágio – as funções do ADP

O Arquivo Distrital do Porto, criado em 27 de junho de 1931, tinha como finalidade “reorganizar os serviços das bibliotecas e arquivos- para que fossem organismos de erudição e cultura e não apenas armazéns ou meros depósitos². O objetivo era “*garantir, o mais eficazmente possível a conservação dos manuscritos e impressos dos nossos arquivos e bibliotecas e valorizar os seus recheios pelo inventário e catalogação das espécies*”. Por estas citações fica bastante claro as funções e competências de um arquivo público que passam pela preservação, tratamento arquivístico elaboração de catálogos que permitam o acesso dos vários fundos ao público, a estes serviços podemos ainda acrescentar a consultoria e apoio técnico seja a entidades públicas como privadas ³.

No título VI artigo 111º da Legislação fica explícito que tipo de documentação podemos encontrar nos seus fundos e que são de incorporação obrigatória pode ler-se “*É criado o Arquivo Distrital do Porto, destinado a reunir, conservar e patentear, oportunamente, à leitura e consulta pública os papéis dos extintos mosteiros (...) e dos outros existentes nas repartições de Finanças do Porto, além dos cartórios paroquiais, notárias, da Sé, Colegiada e Cabido, processos cíveis, crimes e orfanológicos findos, bem como os de outros estabelecimentos e serviços públicos, que convenha conservar e catalogar*”⁴. A perspetiva é de criar um espaço capaz de acolher a multiplicidade de fundos. Por isso, numa primeira fase o ADP instalou-se numa casa arrendada na Praça da Republica e só em 1995 foi transferido para onde se encontra hoje, na Rua das Taipas ocupando uma parte do antigo Convento de S. Bento da Vitória.

Assim, a Casa da Roda de Penafiel, tal como a Casa da Roda do Porto não é um tipo de fundo de incorporação obrigatória, segundo os parâmetros previstos, porém enquadra-se nos estabelecimentos com interesse histórico, o que permitiu a realização deste estágio, salvaguardando assim a documentação que estava numa situação precária

² Decreto-lei n.º 19-952. [Em linha]. Diário da República, 27 jun. 1931. [Consultado a: 08/09/2017]. Disponível em: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/dep_legal_DL_19-952.pdf. p.1253.

³ Decreto-lei n.º 19-952. [Em linha]. Diário da República, 27 jun. 1931. [Consultado a: 08/09/2017]. Disponível em: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/dep_legal_DL_19-952.pdf. P.1255

⁴ Decreto-lei n.º 19-952. [Em linha]. Diário da República, 27 jun. 1931. [Consultado a: 08/09/2017]. Disponível em: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/dep_legal_DL_19-952.pdf. p.1264

na Assembleia Distrital do Porto (Rua Antero de Quental, n.º 367, no Porto), sendo esta uma estrutura administrativa ao nível da circunscrição do distrito. A transferência terá sido feita em 2011, juntamente com a documentação da Roda e Hospício do Porto sendo que esta está já tratada no âmbito de estágios realizados no contexto do Mestrado em História e Património, Ramo de Arquivos⁵. Além do mais, ainda no 1º ano do mestrado, uma reunião com a Diretora do Arquivo Distrital do Porto, Dr. Maria João Pires de Lima, possibilitou o acesso ao fundo ainda por tratar arquivisticamente.

3. Fontes e metodologias

Para cumprir os objetivos, e no sentido de perceber a natureza do fundo depositado no ADP, foi essencial consultar bibliografia que possibilitasse a resposta a muitas perguntas de partida, nomeadamente acerca da maior ou menor abundância de documentação, tendo em consideração eventuais responsabilidades da Roda de Penafiel. Estudos para a Roda do Porto terão já aberto algumas perspetivas do ponto de vista da própria organização e funcionalidade, plasmada na documentação, como é o caso dos estudos de Isabel dos Guimarães Sá⁶, Ana Moreira⁷ e Patrícia Alves⁸, estudos que revelavam já a sua história institucional.

Ao ler a bibliografia deparamo-nos com algumas questões pertinentes, que nos levantaram algumas hipóteses, como por exemplo: apontar para que a Cidade de Penafiel, como outras, abandonaria as crianças na roda do Porto.⁹ Isabel dos Guimarães Sá adianta

⁵MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado.

ALVES, Patrícia Alexandra Lopes – *A Construção e Reconstrução de Memória da Casa da Roda do Porto - o arquivo (1689-1838)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado.

⁶SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição de autor], 1987. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras;

⁷MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado.

⁸ALVES, Patrícia Alexandra Lopes – *A Construção e Reconstrução de Memória da Casa da Roda do Porto - o arquivo (1689-1838)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado.

⁹SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição de autor], 1987. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras.p.50

que vilas ou Cidades com Rodas pagavam a funcionários para transportarem as crianças até à Roda mais próxima, é o que mostra a provisão Régia de 1817 que chama a atenção dos provedores de Lamego, Aveiro, Penafiel, Braga e Viana para que não remetessem os expostos para a cidade do Porto.¹⁰ A ser verdade, levantará graves questões de segurança face à informação, pois isto pode mostrar que embora a criança pertencesse a um determinado círculo não entraria nessa Roda e manipularia o verdadeiro número de expostos em Penafiel.

Outra hipótese, seria a de que a sua proximidade com o Porto, poderá ter funcionado como um eixo de apoio à roda do Porto, no que diz respeito ao acolhimento e criação dos enjeitados. A proximidade permitiria a hipotética possibilidade das pessoas do termo do Porto as irem abandonar a Penafiel?

Finalmente, se o Decreto de Pina Manique de 1783 (lei datada de 30 de maio de 1783) obrigava a criação de Roda dos Expostos em todas as vilas e cabeças de concelho¹¹, qual a razão para a de Penafiel ter sido criada tão tardiamente (1841/1842), como alguns autores indicaram? Em que medida a evolução dos tempos teve consequências na própria produção da informação e nos conceitos de proteção às crianças? Os termos cruzam-se, mas não parecem a mesma coisa. Ilegítimo, como alguns estudos apontam, seriam crianças filhas de mãe solteira e pai casado, ou ambos solteiros, claramente indicado pelo pároco, que podiam, ou não, ser abandonados¹². Já expostas, eram as abandonadas anonimamente, também classificadas por enjeitados deixados quer seja na Roda, no Hospício (mais tarde cronologicamente) ou num local público, não existindo informações sobre os seus progenitores na maior parte dos casos. Já desvalido, empregue sobretudo com a entrada em vigor do Hospício, indica uma criança que não é exposta, mas ingressa no Hospício por pobreza da família, doença ou incapacidade da mãe em o criar, ficando claro quem são os pais, existindo a possibilidade de o recuperar a qualquer hora.

¹⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição de autor], 1987. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras.p.50

¹¹ AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, vol.1. Dissertação de Doutoramento. p.17

¹² AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, vol.1. Dissertação de Doutoramento. p. 178.

A resposta a estas questões e a outras estaria, muito provavelmente, na própria documentação, pelo que sabíamos, à partida, que teríamos que consultar outros fundos para complementar informações, dadas as relações institucionais que se articulavam e tinham responsabilidades no controlo das Rodas. Consultámos, além do fundo da Roda, documentação do fundo da Junta Geral do Distrito, Governo Civil e da Câmara Municipal de Penafiel.

E é neste contexto que melhor se percebe a nossa opção por um modelo de organização sistémica, articulado com um quadro orgânico-funcional, de ligação com um “sistema (semi-) fechado” porque articula informação social (porque se insere na sociedade de cada tempo), materializada em qualquer tipo de suporte (neste caso trata-se de papel), configurado por dois fatores essenciais, a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso), a que se associa um terceiro- a memória- imbricado nos anteriores”¹³. Por isso se explica que se recorra à própria informação contida nas diferentes unidades de informação, porque o arquivo não é uma estrutura estática, resumida a normas de classificação, porque esta resulta, obrigatoriamente, da forma como ela foi produzida.

4. O projeto de estágio e a sua adaptação

A primeira abordagem à temática dos expostos ocorreu no 3º ano da Licenciatura em História, mais concretamente no Seminário de História Moderna. Após várias pesquisas, a investigação recaiu, com maior incidência, sobre a Roda do Porto, um universo próximo, que suscitava interesse, até porque havia já alguns estudos realizados ao nível da sua História e Arquivo (ver atrás). Foi esta abordagem que nos conduziu ao interesse pela Roda de Penafiel, desenvolvendo uma metodologia de pesquisa acerca da sua história geral e contextual, constatando-se que não existiam investigações concretas sobre a Roda de Penafiel, exceto as informações de carácter financeiro pontuais acerca da tutela da Câmara de Penafiel.

¹³ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001. p. 28; SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência de informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

Antes de começar o estágio era imprescindível formular um projeto no qual ficassem explícitas as tarefas e os objetivos a realizar no Arquivo Distrital do Porto. O primeiro projeto sofreu algumas alterações, dado ter sido elaborado ainda numa fase muito embrionária, sem ter conhecimento da metragem exata do fundo da Roda de Penafiel, nem das suas condições de acondicionamento. O que se sabia, de antemão, era que, o fundo da Roda de Penafiel era razoavelmente mais pequeno do que o do Porto, com cerca de 84 livros e 30 Caixas, num total de 114 unidades de instalação (este número será menor depois do reacondicionamento, já que nas novas caixas de ácido free podem recolher vários maços de documentação).

O estágio no ADP teve início a 14 de novembro de 2016, tendo terminado a 5 de maio de 2017. Os dois primeiros dias foram dedicados ao reconhecimento do edifício, dos funcionários, do Diqitarq¹⁴ e das principais normas arquivísticas¹⁵. Após este primeiro contacto com o meio envolvente visitei o depósito onde se encontrava a documentação, depósito este que também alberga a Roda do Porto.

O fundo de Penafiel compõe-se de documentação produzida e acumulada ao longo da atividade desta instituição, informação registada em papel de forma manuscrita. Para garantir a sua longevidade, exceto os processos de admissão e alguma documentação avulsa, os livros estavam todos encadernados e a maior parte em couro, e alguns em pergaminho. A última encadernação terá sido feita pelas autoridades do Hospício, pois mesmo os livros da Roda se referem na encadernação ao Hospício. A conservação desta documentação era bastante importante, pois seria através dela que seria possível a identificação das crianças, e eventual compensação se algum dos progenitores a procurasse, daí ser essencial toda a documentação estar conservada e articulada.

Ao contrário do que foi proposto numa primeira fase, a documentação não pôde ser

¹⁴ Programa de descrição arquivística utilizado no Arquivo Distrital do Porto. Software constituído por seis módulos independentes, trabalhamos sobretudo com o módulo de descrição arquivística, que obedece aos critérios de uniformização de tratamento arquivístico da informação especificados na norma ISAD(G), entre outras.

¹⁵ Orientações para a Descrição Arquivística. 2º versão. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2007 [on-line]. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf
ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Trad.Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em arquivos. 2º. Ed.Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. [on-line]. Disponível em: http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ISADG_PORT.pdf

tratada na íntegra, dentro das 400 horas, pois surgiram imprevistos. O fundo da Roda de Penafiel estava misturado com outros Fundos ¹⁶(provavelmente já se encontrava assim no AADP) tais como: Casa da Roda do Porto, ao Hospício Materno, ao Abrigo Infantil Corte-Real, à Escola Rosa Santos, da Escola Profissional de Vairão e ainda livros pertencentes ao Fundo da Junta Geral do Distrito.

Perante esta realidade foi necessário fazer uma seleção dos fundos, o que se mostrou uma tarefa árdua, estamos a falar de um universo de 320 livros e 102 caixas, incluindo neste número o fundo de Penafiel, que no final ficou reduzido a 84 livros e 30 caixas. A documentação referente à Roda do Porto continha dezenas de livros, e cerca de 72 caixas de cartão ou de madeira, nestas caixas existe sobretudo correspondência, atestados de idoneidade das amas feitos pelos regedores de paróquias, e ainda caixas com processos de admissão e caixas com partes da Diretora que tiveram que ser colocados de parte para serem tratados e digitalizados com a maior brevidade possível. As caixas com correspondência continham muita documentação avulsa e para nos certificarmos que não detinham informações de Penafiel foram vistas uma a uma, e foram depois organizadas por ordem cronológica. Esta grande tarefa de seleção arrastou-se sensivelmente até inícios de janeiro

Depois de reconhecidos os diversos fundos outra questão surge, se é compreensível existirem livros da Roda do Porto no fundo de Penafiel e até livros da Junta Geral do Distrito, entidade superintendente das Rodas, o que estariam a fazer os restantes livros pertencentes às outras instituições. Que relação existiria? Que atividades desempenhavam? Teriam substituído os Hospício? Ou seriam instituições de apoio aos mesmos?

Para responder às questões anteriores fizemos uma pesquisa no interior da documentação para entender a sua presença no seio das Rodas, pesquisa esta que teve poucos frutos o que nos obrigou a procurar na bibliografia, obtendo só informações na

¹⁶ Esta tarefa de seleção foi bastante morosa, (principalmente na divisão dos livros que pertenciam à Roda do Porto. Foi imprescindível proceder à leitura de livro a livro para perceber do que tratavam e a que fundo pertenciam (segundo instruções do ADP, houve que separar as unidades de instalação pelo seu conteúdo informacional, para depois se organizar por séries). Terminada a organização dos livros do fundo da Roda de Penafiel passamos para o nível seguinte, a organização das caixas, aplicando o mesmo método, sendo que mais de metade pertenciam à Roda do Porto. Estas circunstâncias não estavam previstas e voltaram a alterar o cronograma.

obra de Maria de Fátima dos Santos Lopes.¹⁷

Pela Junta Geral do Distrito passaram várias instituições de assistência além dos Hospícios, a sua função era a mesma que com os Hospícios, superintender, administrar e fiscalizar.

O Hospício Materno, o Abrigo Infantil Corte-Real, a Escola Rosa Santos, e a Escola Profissional de Vairão nascem de uma tentativa da Junta Geral criar uma série de infraestruturas adequadas a cada idade da criança, proporcionando assim um ambiente mais propício ao desenvolvimento saudável da criança, invertendo a alta taxa de mortalidade infantil. Por exemplo, na Casa Hospício, na maior parte dos casos a mãe era conhecida, contudo, a criança era admitida sem a mãe e recorria-se ao aleitamento artificial, na mesma casa tínhamos crianças de várias idades e necessidades diferentes, já nos internatos as crianças maiores de setes anos sofriam de má orientação quer no estudo quer a nível profissional.¹⁸ Foi no intuito de resolver estes problemas que a Junta Geral começa a criar instituições consoante a idade, com o objetivo de proteger “*as crianças desde os primeiros dias de vida até aos dezoito anos e exercia uma função sanitária, de luta contra a mortalidade infantil, em ligação com a Direcção Geral de Saúde*”¹⁹

Sendo assim o Hospício Materno Corte Real, situado na Rua Antero de Quental, no Porto recebia as crianças que ainda estavam na fase do aleitamento, e as suas mães entravam com elas servindo como amas, só na impossibilidade de dar leite materno se recorria ao artificial. Adotaram-se várias medidas de esterilização de biberões e conservação com frigóricos, a par disto criou-se cargos de visitantes de higiene.

Quando as crianças passavam a ter uma alimentação sólida não dependendo do leite passavam para a Casa Hospício até atingirem a idade escolar, a maior parte era entregue a amas externas com vigilância.

Quando as crianças chegavam à idade escolar eram divididas por instituições consoante o género, os rapazes iam para a Casa Pia de Paço de Sousa e para a Colonia Agrícola Ferreira Lapa, as raparigas ingressavam na Escola Materna e Profissional de

¹⁷ LOPES, Maria de Fátima dos Santos – *Ensino e Assistência Social, o papel da Junta Geral do Distrito do Porto e da Junta de Província do Douro Litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado em História da Educação.

¹⁸ *Idem*, p. 101

¹⁹ *Idem*, p. 102

Vairão, em Vila do Conde até fazerem 14 anos, recebendo formação em trabalhos domésticos, costura e bordados.

Já em jovens os rapazes eram colocados a trabalhar, os mais capacitados ou com aptidões naturais recebiam uma instrução mais completa e selecionada para obter uma melhor profissão, para este fim foi criada a Casa Paterna situada no Campo dos Mártires da Pátria.

As raparigas após saírem da Escola Maternal e Profissional de Vairão eram internadas noutra instituição para aprender a cozinhar e outros ofícios ligados aos trabalhos domésticos, o Internato Escola Margarida Alves de Magalhães, edificado em Penafiel, e a Escola Rosa Santos situada no Porto, na rua Faria Guimarães.

Após esta pesquisa é perceptível o porquê destes fundos se encontrarem misturados com o fundo da Roda de Penafiel, já que todos prestaram ações de cuidado a crianças, e que de uma forma ou de outra serviram de apoio aos Hospícios, e por isso no futuro deverão ser merecedores de um estudo e tratamento mais aprofundado, no entanto fica aqui a divulgação da existência destas instituições, que serão importantes para perceber que tipo de assistência se praticou no século XX.

Separados os fundos passamos à documentação de Penafiel que não estava organizada por assuntos ou temas, nem por ordem cronológica, esta situação obrigava-nos a fazer primeiro um recenseamento sobre a documentação que existia para que fosse possível dar-lhe uma ordem. Optamos por ordenar a informação por séries como se encontram no Porto. Cada livro foi numerado consoante a sua série, e pela ordem cronológica utilizando mechas, sendo elas: Entradas, Saídas, Lactações, Registos de pagamentos efetuados às amas, Receitas e Despesas, Diários da Receita, Diários da Despesa, Livros de Ponto na Casa Hospício de Penafiel, Atas, Rematações de Expostos, Registo de Óbitos dos Expostos, Registos de Batismo, Sessões da Comissão de Admissão de Expostos, Copiadores de Correspondência Enviada, Correspondência Recebida e Alvarás de nomeação.

As caixas que pertenciam a Penafiel continham sobretudo processos de admissão de crianças no Hospício, sem qualquer ordem cronológica e com documentos soltos que

necessitaram de organização e de uma higienização célere, pois seriam higienizados e reconicionados mais tarde.

Estas atividades não estavam previstas na formulação do 1º projeto e ocuparam um tempo considerável do estágio o que levou à reformulação do mesmo. Assim, no projeto final optamos por tratar a totalidade dos livros do fundo da Casa da Roda e do Hospício (1810- 1928). Já os processos foram descritos um a um, de 1865 (início do Hospício) até 1876, ficando a faltar o tratamento da informação de 1842 a 1864 e de 1877 a 1928. Numa primeira fase tentou-se o tratamento por ordem cronológica, ou seja, começando em 1842. Porém, estas caixas guardavam uma miscelânea de assuntos que não podem ser considerados nem partes da diretora nem processos, além disso a documentação encontrava-se bastante incompleta, o que nos leva a supor que a restante documentação pode estar ainda na Assembleia Distrital do Porto. Só se procederá ao seu tratamento depois de avaliado o seu conjunto para perceber a sua organização, lógica de produção e estado de conservação (a documentação tem uma numeração no canto inferior esquerdo, pressupondo uma organização, contudo não conseguimos perceber, se é uma organização temática ou cronológica).

Capítulo 1 – A criação das Rodas

Temos que ter em consideração que até chegar à “construção” das Rodas como instituições vocacionadas para assistência a crianças desprotegidas, outras formas foram ensaiadas em séculos anteriores, e a legislação foi evoluindo no sentido de regular um serviço público considerado extremamente importante e de melhorar as condições prestadas.

1.1. Os antecedentes

Pode-se recuar ao século XII para observar que por ordem de D. Beatriz funda-se um hospital para receber meninos órfãos e expostos, com o objetivo de cuidar do seu bem-estar e preparando-os para a vida adulta. Em 1321 é vez de a Rainha Santa Isabel criar um Hospital em Santarém não esquecendo de referir os expostos, “*criar os filhos das mulheres que os enjeitam,*”²⁰ em 1504 D. Manuel cria o Hospital de Todos os Santos, ao qual fica agregado a casa dos meninos. As ordenações Manuelinas estabeleciam uma hierarquia na responsabilidade para com a criança, ora se o pai não tivesse condições de sustentar assim como a mãe seriam os parentes próximos a fazê-lo, caso não existisse essa hipótese a comunidade era chamada a intervir e encarregar-se de a sustentar, fosse num hospital ou albergaria destinada a pobres. Por isso, segundo Isabel dos Guimarães Sá “*as ordenações Manuelinas criaram a coluna vertebral da assistência aos expostos em Portugal: os concelhos encarregavam-se das crianças na inexistência de família. Esta situação permaneceu sem alterações até ao século XIX, embora alguns concelhos recebessem ajuda financeira do rei*”.²¹

As ordenações filipinas alteram esta lei num ponto específico, (impostos), os concelhos consoante as necessidades podiam decidir quando cobrar a finta, sem pedir autorização ao corregedor de Comarca, estes impostos extraordinários dependiam sempre

²⁰ COIXÃO, António N. Sá; TRABULO, António A. Rodrigues – *Filhos de um Deus Menor ou a predestinação de gente condenada ao sofrimento. Ensaio sobre o estudo de enjeitados, desvalidos e perseguidos em terras de Foz Côa (séculos XVI a XX)*. Vila Nova de Foz Côa: Edições da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1997. ISBN 972-95164-9-9. p. 13

²¹ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. p. 89 e 90.

de uma autorização superior. Esta lei deu origem a alguns abusos, já que alguns concelhos usavam fintas para arrecadar fundos que depois não eram usados para os expostos.²²

É sobretudo a partir do século XVI que a assistência aos expostos passa da alçada das autoridades locais, as Câmaras, para ser administrada por instituições como as Misericórdias, mas financiada pela Câmara, este panorama mantém-se até ao século XVIII. Antes do acordo com as Misericórdias e da implantação das Rodas a assistência aos expostos fazia-se através do “pai dos enjeitados”, a Câmara escolhia um homem que recolhesse os expostos da rua para os entregar a uma ama, informando logo que possível o juiz dos órfãos. Além do “pai dos enjeitados” também poderia existir a figura da “mãe dos enjeitados” que exercia a mesma função que o “pai”.

1.2. A institucionalização das Rodas – a legislação de Pina Manique

No século XVIII assiste-se à legalização do abandono por parte das instituições e pela sociedade em geral, sendo que a única condição imposta para que este ato fosse aceite seria a de deixar a criança em segurança (isto significaria não a deixar ao frio ou ao alcance de possíveis ataques de animais), não sofrendo o expositor qualquer tipo de perseguição.²³ É precisamente neste século que o abandono de crianças em Portugal começava a atingir números bastante significativos, para a maior parte das crianças era o rumo para a morte. Foi com a ideia de travar este flagelo e desperdício social com os expostos num país considerado despovoados que a Intendência Geral da Policia, mais precisamente Pina Manique, lança o Aviso de 10 de Maio de 1783, ordenando a criação de Rodas em todos os Concelhos e Vilas, com o objetivo de aumentar a população como podemos ver pelo texto “ *hum dos objectos mais interessantes, e próprios de huma bem regulada policia por consistirem as forças e riquezas de hum Estado na multidão dos habitantes se acha este tão esquecido Reino*”²⁴.

²² SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. p. 90

²³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição de autor], 1987. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras. P. 13

²⁴ ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A., 2013. p.245

Este aviso foi enviado com caráter de urgência aos provedores de Miranda, Moncorvo, Viana, Guimarães, Porto, Penafiel, Lamego, Viseu, Guarda, Tomar, Leiria, Santarém, Torres Vedras, Coimbra, Setúbal e Porto ²⁵. Escrevia o intendente que “*vossemecê logo que este receber praticará o seguinte: e hirá pessoalmente a todas as terras da sua comarca em cada uma das vilas dela estabelecerá uma casa em que haja um lugar onde se possam expor as crianças sem que se conheça quem as leva destinando uma pessoa com o mesmo salario que costuma dar à das albergarias, para a toda a hora do dia, e noite receber enjeitados que ali forem expor, a qual será obrigada logo que entrar a criança a dar parte ao magistrado da terra seja juiz ordinário ou de fora, ou a quem seu lugar servir, para este a fazer logo baptizar e mandar criar por uma das amas que deve ter já destinadas e justas para este efeito pelo preço comumente na terra está estabelecido*”²⁶. Com esta circular fica explícita uma presente preocupação com estas crianças de modo a evitar a perda de “vassalos ao rei, devendo o abandono processar-se de forma anónima”²⁷.

Os provedores de comarca tinham dois meses para executarem a ordem tendo que afixar editais indicando as terras onde existiam Rodas, as suas ruas, para que cada pessoa escolhesse aquela que lhe ficaria mais perto evitando fazer longas distâncias com uma criança. Com o aviso de 10 de maio de 1783, Pina Manique pretendia acabar com a prática de infanticídio nos locais onde não existiam meios de recolha de crianças, e a existência de uma Roda era a melhor forma de evitá-los. Era do conhecimento público a prática do infanticídio, contudo raramente era levada a tribunal pela dificuldade em o provar. Outras das suas convicções passava por associar o abandono a questões económicas, e dessa forma a Roda permitia esconder uma dupla vergonha: a miséria e os filhos, fenómeno comum detetado em vários estudos. Esta ideia é partilhada por diversos

²⁵ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A., 2013. p.257

²⁶ ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A., 2013. p.257

²⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição de autor], 1987. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras. p 28.

autores.²⁸

O aviso para a criação das Rodas teve num primeiro momento uma maior importância em determinadas zonas do país como podemos ler na citação: “*as incidências geográficas do primeiro movimento de Rodas depois do referido aviso: Minho, Beira e Estremadura, que eram as províncias que tinham mais habitantes e maior densidade populacional (...) e onde era menor a presença de misericórdias com responsabilidade da criação dos expostos.*”²⁹

Muito do implantado por Pina Manique tinha base na provisão Régia de 27 de setembro de 1779, onde se releva a intenção de colocar os expostos a serem criados pelas Câmaras através da cabeção das sisas até aos 7 anos, a partir daí estariam sob alçada do Juiz dos órfãos até atingirem a maioridade³⁰. Porém, os Concelhos sempre tentaram desresponsabilizar-se dizendo que tal encargo cabia às Misericórdias que tinham receitas próprias para o efeito como legados pios. Pina Manique põe um fim a este impasse e declara claramente que seriam as Câmaras as responsáveis e não existiriam isenções nem privilégios para jurisdições senhoriais. Apesar da circular de 1783 ordenar a criação de Rodas, esta ação foi demorada, e em alguns concelhos nem chegaram a ser criadas, e as que existiam nos grandes centros captavam as crianças dos locais vizinhos.

1.3. As Câmaras chamadas a administrar Rodas – Decreto de 19 de setembro de 1836

É com o governo setembrista que começam as mudanças mais significativas na centralização da assistência, retirando das mãos das instituições privadas ou das Misericórdias qualquer tipo de papel, sobretudo no que diz respeito aos expostos. Esta

²⁸ Ver as referências a estudos que o confirmam, tais como François Lebrun, Vicente Pérez Moreda, Edward Shorter e Norberta Amorim, indicados por ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A, 2013. p.248

²⁹ ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A, 2013. p.247

³⁰ ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A, 2013. p.255

mudança dá-se com o Decreto de 19 de setembro de 1836³¹. É com este Decreto que as Misericórdias são afastadas das Rodas.

Foi este decreto que alienou por completo a Misericórdia do Porto da Roda do Porto³², após vários conflitos. Este cenário nunca se verificou na Roda de Penafiel (como se verá), pois a sua administração nunca dependeu de outra entidade que não a Câmara, embora no seu território existisse uma Misericórdia. Desse momento em diante, as Câmaras administravam seguindo as diretrizes da Junta Geral do Distrito. Este decreto tinha caráter provisório, no entanto terá servido de base para o seguimento da legislação.

Para entender o funcionamento da Casa e sobretudo as normas pela qual era gerida pelos seus administradores, foi necessário fazer um levantamento da Legislação criada para o efeito, porém este levantamento foi feito a partir da autoridade central, ou seja, pela Junta Geral do Distrito do Porto, com a competência de regular todas as instituições pertencentes à sua jurisdição, para de alguma forma selecionarmos o nosso leque de procura e não tornarmos este trabalho demasiado longo e exaustivo.

A 1 de Dezembro de 1836 é aprovado o Código que introduz muito do que estava estabelecido pelo decreto de 1835, uma organização administrativa que “*trata da divisão do território, do pessoal, da administração, da formação dos corpos administrativos(..)*”³³ A partir deste momento toda a estrutura governativa se altera e com ela a hierarquia municipal da qual dependiam as Rodas. O país é dividido em Distritos, Concelhos e Freguesias “*os magistrados administrativos eram o Administrador Geral do Distrito*³⁴, *o Administrador do Concelho e o Regedor de Paróquia (...) Junto a cada um dos magistrados havia um Corpo de Cidadãos eleitos pelos Póvos: a Junta Geral do Distrito, Câmara Municipal e a Junta de Paróquia*”³⁵

³¹Decreto de 19 de Setembro de 1836 [Em linha]. In *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*. Sexta Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp. 11-12. [consultado em: 2017-07-13]. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1836.htm>.

³² Ver MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. pp. 18-19.

³³ FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p. 75

³⁴ No Decreto de 11 de setembro de 1836 Manuel Passos determina que em vez de se chamarem Governadores Cívicos passaram a ser Administradores Gerais.

³⁵ FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p. 76

As Juntas Gerais do Distrito eram convocadas todos os anos pelo Administrador Geral, e tinham que se reunir na Capital de Distrito a que pertencia, podendo ser dissolvidas pelo Rei.³⁶

Estas Juntas Gerais tinham competências deliberativas e consultivas, dentro das competências deliberativas iremos selecionar os pontos que dizem respeito aos expostos, desde 1822 até 1928, assim como exaltar as competências do Administrador Geral / Governador Civil.

De 1822 até 1832 entre as suas atribuições não estão diretamente designadas responsabilidades com os expostos, esta situação altera-se com o Decreto de 6 de novembro de 1836, que organizou ou foi base para o modelo de assistências às crianças no século XIX e XX. A partir de 1838 a Junta Geral do Distrito publica as “*Providencias sobre a administração económica dos expostos do distrito do Porto*” com a intenção de reger e regular o funcionamento das Rodas. Nas providências de 1838 definiu-se “*o sistema de divisão do distrito em círculos e concelhos administrativos, relativamente a expostos*”, ou seja, cada concelho teria a sua Roda, passaram a existir 5 Rodas- Porto, Penafiel, Amarante, Vila do Conde e Santo Tirso, destas apenas estariam já a funcionar a do Porto e a de Penafiel. “*Em cada cabeça de círculo deveria existir uma Casa da Roda, totalmente organizada e com capacidade para acolher os expostos enquanto estes não eram entregues a amas de fora*”³⁷.

É nítido que umas das finalidades destas providências era melhorar a sorte destes infelizes, mas serviu também para acabar com costumes pouco ortodoxos praticados por outros concelhos que prejudicavam o razoável funcionamento da Roda do Porto, ora vejamos a circular do Governo Civil expedida a 31 de Janeiro de 1842 para todos os administradores de concelho “*Depois do estabelecimento das cinco rodas para expostos, neste Districto Administrativo, he de esperar que cesse o escadalozo costume que havia de conduzir as crianças dos diferentes concelhos para a roda desta cidade(...) officiei*

³⁶ LOPES, Maria de Fátima dos Santos – *Ensino e Assistência Social, o papel da Junta Geral do Distrito do Porto e da Junta de Província do Douro Litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado em História da Educação. p.13

³⁷ MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.41

hoje aos Administradores Geraes dos Districtos adjacentes deste, para que evitem quanto lhes seja possível a continuação de tão escandalosa pratica”³⁸.

Nas providências de 1838 ficou também estabelecido que os concelhos que constituíam cada círculo teriam que criar “receptáculos”, que receberiam as crianças, batizavam-nas e transportava até à Roda correspondente ao seu círculo, sob a administração das Câmaras.

Em 1840 a Junta Gera do Distrito decide que a existência destes receptáculos não seria obrigatória, pois qualquer pessoa podia conduzir um exposto à Roda, ficando explícito, na circular de 1 de dezembro de 1841, dirigida aos administradores dos 16 concelhos que ficavam sem Roda de expostos “*A Junta em sessão não impõe como obrigação aos concelhos que ficam sem roda, de terem receptáculos, custeados pelo cofre geral do Distrito. Conforme deliberação da Junta pode a Câmara ter receptáculo no seu concelho, se assim o julgar conveniente, ficando nesse caso por conta suas despesas que fizer com a rodeira, e caza do mesmo receptáculo, assim como utensilio, roupas, e condução serão por conta da Camara, cabeça de círculo.*”³⁹

As providências são novamente publicadas e distribuídas pelas Rodas em dezembro 1841, para que fossem cumpridas a partir de 1842, referindo quais os funcionários que cada Roda deveria ter e as suas competências, assim como uma lista dos utensílios e roupas necessárias para uma instituição de assistência. Esta nova providência pretendia criar uma espécie de nova imagem para as Rodas, daí encontrarmos este texto no Livro de Entradas nº 1 do Fundo de Penafiel “*Este livro há-de servir na Roda de Penafiel para nele se lançarem os assentos dos expostos desde hoje em diante, trasladando-se, fielmente para aqui, os assentos que se tenham provisoriamente*” feito desde o estabelecimento daquela Roda em vinte de Dezembro de mil oitocentos quarenta e um.

As providências multiplicam-se e aparecem em vários anos, 1843, 1849, 1852, 1854 e 1855 e 1860. Sublinhe-se a Providência de 1849, como exemplo. Tal como todas as outras, a Providência de 1849 tem como base o decreto de 19 de setembro de 1836 e

³⁸ “Circular para todos os Administradores de Concelho”, 31 de janeiro de 1842, p.13 – Arquivo Distrital do Porto – PT/ADPRT/AC/GCPRT/A-C/019.

³⁹ “Circular para os administradores dos 16 concelhos que ficam sem Roda de Expostos” 1 de dezembro de 1841.p. 1 – Arquivo Distrital do Porto – PT/ADPRT/AC/GCPRT/A-C/019.

começa por explicar no Artigo 1. *“Que a administração Económica dos Expostos é uniforme em todo o distrito”*, ora aqui fica a prova que todas as Rodas têm que seguir as deliberações da Junta Geral, inclusive Penafiel.

No artigo 2 fica explícito o papel do Governador Civil *“como chefe superior Administrativo do Distrito, e como executor, das deliberações da Junta Geral, é o superintendente da Administração dos Exposto”*..

Artigo 3º *“Na secretaria do Governo Civil há uma repartição privativa de Expostos, com os empregados necessários para a escripturação e expediente de tudo o que diz respeito a este ramo (...)”* É na providencia de 1838 que pela primeira vez que se fala desta repartição.

Artigo 5º *“Em todos os Concelhos há uma Roda de expostos, custeado pelo Districto, e administrada pela respectiva Camara, debaixo da inspeção e fiscalização dos Corpos e Auctoridades superiores Administrativas do Distrito”*.

No número dois deste artigo fica claro uma das competências das camaras *“A escripturação e administração dos expostos fica pertencendo ás camaras municipais debaixo da direcção e fiscalização do Governo Civil, e a despesa que com isto se fizer também fica por conta dos Concelhos (...)”*

É com este artigo que melhor podemos caraterizar a organização da Roda de Penafiel, que tinha como administrador um vereador da Câmara que tinha o papel de fiscalizar e regular todo o seu funcionamento em nome da Câmara, que por sua vez seguia as diretrizes da Junta Geral do Distrito.

Com as providências de 1854 temos a mudança mais significativa, os círculos administrativos são reduzidos a dois, Porto e Penafiel, que passam a receber todos os expostos das Rodas extintas. Nesta mesma data tentam-se aplicar medidas de restrição à exposição que serão revogadas a 1856, para voltarem a 1858 verdadeiramente implantadas pelas providências de 1860, estes recuos e avanço terão sido um teste para que finalmente em 1867 as Rodas se transformem em Hospícios. (No caso do Porto e de Penafiel acontece em 1865).

A partir de 1842 o Governador Civil tinha como principal tarefa no plano dos expostos a superintendência e fiscalização dos estabelecimentos de assistência, além disto

passa a decidir sob a concessão de subsídios de lactação a partir de 1872.

Desde 1841 começamos a ter notícias de uma Repartição Central dos expostos agregada ao Governador Civil, que tinha como principais funções: registos sobre expostos, mas a nível do Distrito, preparação de mapas ou de modelos a preencher pelas Rodas, mas sobretudo pelo preparativo dos livros que serviriam para registos nas Rodas, a presença desta Repartição é perfeitamente visível nos livros da Roda de Penafiel, temos o exemplo dos seguintes livros:

Livro de Entradas nº1 (1841-12-29/1844-09-29) - o Administrador Geral dá comissão ao chefe da Repartição Central dos Expostos, António Jorge Malta, para numerar e rubricar o Livro.

Livro de Entradas nº2 (1844-10-01/1846-11-26) o Governador Civil dá comissão ao chefe da Repartição Central dos Expostos, António Jorge Malta, para numerar, rubricar e lavrar o termo de encerramento, o mesmo acontece para os Livros de Saídas nº2(1844-04-10/1846-04-21) e nº 6 (1852-10-11/ 1854-07-01).

Para simplificar a compreensão das competências da Junta Geral do Distrito e do Administrador Geral/ Governador Civil perante as Rodas elaboramos um quadro baseado nas informações recolhidas no livro de Maria de Fátima dos Santos Lopes⁴⁰. (O quadro começa em 1836, pois só a partir desta data a Junta Geral começa a ter verdadeiras competências com os expostos) – ver Anexo 1.

Como podemos observar pelo quadro em junho de 1913 regressam as Juntas Gerais de Distrito, sendo que agora no Distrito e no Concelho funcionava uma Comissão Executiva.

As Comissões Executivas variavam entre três a cinco membros consoante o Distrito, e eram eleitas na primeira sessão do triénio pelas Juntas, realizando pelo menos uma sessão por semana. Segundo o artº. 49º competia a estas comissões, entre outras coisas:

2º. administrar os bens e estabelecimentos distritais, bem como os seus rendimentos;

⁴⁰ LOPES, Maria de Fátima dos Santos – *Ensino e Assistência Social, o papel da Junta Geral do Distrito do Porto e da Junta de Província do Douro Litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado em História da Educação.

8º. aprovar os orçamentos e contas das misericórdias, hospitais, irmandades, confrarias e outros estabelecimentos de piedade e beneficência, podendo ordenar sindicâncias aos mesmos estabelecimentos.⁴¹

Analisadas as competências da Junta e do Governador Geral chega a hora de observarmos o papel da Câmara Municipal, do administrador do Concelho e do Regedor de Paróquia. As Câmaras tinham na sua alçada a administração das instituições de assistência, geriam toda a despesa e ainda tinham que se preocupar com o pagamento das quotas que cada concelho tinha que pagar à Junta Geral para a sustentação dos expostos do distrito.

O administrador do Concelho tinha que observar se todas as normas eram cumpridas para o bem dos expostos, “promover a derrama das contribuições municipais destinada à sustentação dos expostos” e ainda obrigar as mulheres não recatadas a darem conta da sua gravidez.⁴²

O regedor era a pessoa mais próxima das amas, podendo ser um elo de ligação entre a instituição e as amas. Muitas das crianças abandonadas eram presentes ao regedor que informava à Roda das circunstâncias do seu aparecimento, além disso passam documentos a confirmar o bom ou mau tratamento dos expostos por parte das amas, além de documentos confirmando a idoneidade das amas para ficarem com crianças expostas. Era a personagem a quem era confiada responsabilidades de vigilância e acompanhamento.

⁴¹ LOPES, Maria de Fátima dos Santos – *Ensino e Assistência Social, o papel da Junta Geral do Distrito do Porto e da Junta de Província do Douro Litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado em História da Educação. p.60 e 61.

⁴² MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.39

Capítulo 2. – Penafiel, a sua Roda e Hospício

A necessidade de perceber os meandros e a jurisdição da Roda e Hospício de Penafiel, obriga-nos a perceber a que espaço de jurisdição corresponderia a sua ação, quando surgiu e como evoluiu, porque nos permitirá perceber o sentido da informação que nos chegou, ou mesmo as suas lacunas.

2.1. Concelho de Penafiel – evolução dos seus limites

A legislação atrás analisada pressupunha um espaço sob a jurisdição de um concelho, cuja área pode evoluir ao longo do tempo, neste caso na época moderna e, como tal, influenciar o funcionamento da Casa da Roda e do Hospício. Efetivamente, o território condicionava a receção dos expostos, pois eles deveriam dar entrada na Roda correspondente ao seu Círculo, e as várias transformações administrativas do território condicionavam o cumprimento desta normativa.

Torna-se imprescindível sobretudo um conhecimento nítido sobre as delimitações e divisões do seu território durante a vigência da Roda para perceber e identificar os locais onde os Expostos aparecem abandonados. Hoje, o concelho de Penafiel, situado no Norte de Portugal, Distrito e Diocese do Porto, tem 28 freguesias, ocupando no total uma área de 212,2 km²⁴³.

A definição deste espaço geográfico nem sempre foi uniforme nem tão pouco consensual, tendo sucessivos avanços e recuos na discussão pelo território com Concelhos limítrofes, principalmente com o Porto, que tinha sobre Penafiel alguns poderes. Resumidamente, se nas Inquirições de D. Afonso III as freguesias do Concelho eram inventariadas com o título de “Julgado de Penafiel” que teria como centro o lugar de Arrifana de Sousa, desde 1384 passou a ser administrado em determinados termos, pelo concelho do Porto, como fossem, o de nomear ouvidores e funcionários, tanto para o Julgado de Penafiel como para o lugar de Arrifana de Sousa que começa a ganhar

⁴³ Sentir Penafiel [em linha]. Câmara Municipal de Penafiel. [consultado em 12/09/17]. Disponível em: <http://www.cm-penafiel.pt/pt-pt/visitar-penafiel/apresentacao-do-concelho.aspx>. São elas: Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe, Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Perozelo, Rans, Recezinhos (São Mamede), Recezinhos (São Martinho), Rio de Moinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de São Vicente, Valpedre.

destaque como centro do Concelho, sendo que durante muito tempo não houve uma correspondência física para o nome de Penafiel, embora ela aparecesse na documentação. Esta dualidade só será ultrapassada em 1770, com D. José I, que eleva a Vila a Cidade com a designação de Julgado de Penafiel, eliminando o topónimo de Arrifana de Sousa.⁴⁴ Assim como criou o Bispado de Penafiel, de curta duração, porque perdeu as suas prerrogativas de diocese em 1778⁴⁵. Contudo, esta identidade fora já preparada pela sua elevação a Vila, 14 de março de 1741 por decisão de D. João V “*concedendo-lhe o titulo requerido de Villa com Juiz de Fora e Orfãos em toda a Freguesia de S. Martinho de Arrifana, e de S. Tiago de Sob Arrifana com Jurisdição separada do Geral do Porto*”⁴⁶.

Com o liberalismo, e no contexto da reorganização administrativa de 1832 e 1835, Penafiel deixa de ser Comarca e passa a pertencer ao Distrito do Porto, sendo visto como Concelho⁴⁷. Penafiel vê o seu território aumentar com a integração de alguns territórios de Concelhos extintos como: Porto Carreiro, Bustelo, Barbosa, Meinedo, Vila Boa de Quires, e ainda algumas freguesias como: Boim, Lodares, Nespereira, Novelas, Pias, parte da freguesia de Stª Clara do Torrão e a freguesia de São Martinho de Recezinhos. Contudo, na sequência das mudanças administrativas de 17 de abril de 1838, o Concelho de Lousada que estava extinto, e que fora integrado na sua maior parte no de Penafiel, volta a renascer, integrando novamente as freguesias: Boim, Lodares, Nespereira, Pias e Meinedo, contudo Penafiel fica com Rio Mau. Só em 1855 Penafiel alcança uma imagem aproximada da atual com 38 freguesias⁴⁸.

Assim, é bem possível, perante esta sucessiva alteração de territórios que entrassem meninos na Roda de Penafiel de uma determinada localidade por pertencer à sua jurisdição, mas anos mais tarde entrassem noutra Roda, por já pertencer a outro concelho e vice-versa.

⁴⁴FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p 22

⁴⁵*Idem*, p.24

⁴⁶*Idem*, p. 21

⁴⁷ *Idem*, p. 27

⁴⁸ *Idem*, p. 35.

2.2. A criação da Roda

A consulta bibliográfica⁴⁹ e a consulta da documentação pertencente no fundo da Casa da Roda de Penafiel e do Hospício não nos permitiram apurar o local onde funcionou a Roda nem a data exata da sua criação, no entanto ela terá sido criada após a circular de 1783. Teremos que ter em conta que o crescimento de Penafiel se deve muito ao espírito de engrandecimento da sua população que pretendia ver Penafiel como um lugar tão ou mais importante que o Porto, por isso não será de admirar que tal como o Porto fosse embrionária na prestação de cuidados aos mais desfavorecidos, como exemplo disso temos a criação da Misericórdia em 1509, porém com compromisso de 1697.⁵⁰

Ao contrario da Roda do Porto, a Roda de Penafiel nunca foi administrada pela Misericórdia, mas sim financiada e administrada pela Câmara Municipal de Penafiel, durante a sua vigência como Roda ou após 1865 como Hospício, o que lhe conferiu um carater diferente quer no funcionamento quer na produção da documentação, esta desigualdade traduziu-se numa grande dificuldade em recolher informações através da documentação, já que estamos perante uma administração menos cuidada e exigente comparando com a administração da Roda do Porto, que por ter sido administrada pela Misericórdia do Porto até 1836 adquire uma estrutura e organização muito própria servindo até como modelo para outras Rodas pela sua organização.

2.2.1. Data da criação

Segundo António Pinto do Fundo na sua obra *“Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)”* no capítulo das finanças municipais que aborda o tema dos expostos de Penafiel, a Roda terá sido criada muitos anos depois de 1783,

⁴⁹ A bibliografia que abordava de forma direta a Roda e Hospício de Penafiel é reduzida, e as informações retiradas antes de consultar a documentação basearam-se em dois autores com as seguintes obras: SANTOS, GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS – *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*. Penafiel: Museu Municipal, 2000.

FUNDO, ANTÓNIO JOSÉ PINTO DO – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. FUNDO, ANTÓNIO JOSÉ PINTO DO – *As Finanças da Regeneração à República: A Câmara de Penafiel (1878-1910)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Tese de Doutoramento em História.

⁵⁰ FERREIRA, JOSÉ F. COELHO - *Misericórdia de Penafiel 5º centenário (1509-2009)*. Penafiel: Livro Fiel, 2009. P. 6

“provavelmente” por volta de 1841 ou 1842⁵¹, data que sempre nos colocou reservas por ser um período tão tardio relativamente à legislação de Pina Manique, embora as alterações de limites atrás indicadas pudessem retardar a sua instalação.

Após consultar a documentação do fundo da Roda é possível verificar que existem Livros de Entradas a partir de 1810, o que já contraria a data indicada. Além do mais, o facto de só existirem Livros de Entradas a partir deste período não significa que não existam livros para períodos anteriores⁵². Esta dúvida é reforçada por termos livros anteriores a 1810, como é o caso do Livro dos Pagamentos Efetuados às Amas, com data inicial de 1789, e pelo Livros de Rematações de 1793. Estes livros podem não provar a criação da Roda nesse período, todavia comprova a existência de uma estrutura que tinha como objetivo a proteção destas crianças indefesas.

No termo de abertura do primeiro Livro da série das Entradas (1810-04-07 /1811-08-12) fica explícito que as crianças eram remetidas para a Roda do Porto “*Libro de Assentos dos exespostos na roda de Penafiel p^a hirem p^a o Porto Anno de mil e oitocentos e dés.*”. Mas se existia uma Roda em Penafiel porquê remeter as crianças para a Roda do Porto? Por razões financeiras? Esse é o argumento que a Roda de Vila do Conde alega para enviar expostos para a Roda do Porto, em 1821⁵³.

Os assentos nos Livros das Entradas descrevem a hora e o dia da exposição, enumeram o enxoval trazido pela criança, assim como a existência de sinais se for o acaso,

⁵¹ FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. P. 136. Este autor escreveu “A partir de 1841 começa-se a falar em Casa da Roda. Julgamos que a primeira Roda dos Expostos de Penafiel foi criada nos baixos da antiga casa dos Corregedores em finais de 1841 ou 1842. Vide A.M.P., CMPNF/B/A-001, Lv16, *Livro de registo dos actos da Câmara*, 20 de dezembro de 1841, fls. 271v-273

⁵² Não se encontram nem no Arquivo Distrital do Porto nem no Arquivo Municipal de Penafiel, embora falte verificar se ainda se encontram na Assembleia Distrital do Porto.

⁵³ “Achei por costume enviar os expostos, que entram na Roda desta Vila, para a cidade do Porto. O Concelho, não tem sobras para os expostos, nem as Sisas para criar todo os que se expoem na dita Roda. Por esta causa e pela pobreza da maior parte dos moradores deste pequeno distrito, faço criar só seis expostos. A obrigação do meu cargo, exige que eu pondere a \ fll Senhoria esta verdade, para precaver o extravio da pequena quantia de 95.821réis, do sobejo das Sisas, do ano passado. Exige em segundo lugar, que eu requeira que ya Senhoria, agora no presente auto de lançamento da Sisa, se sirva decidir sobre a execução da Portaria de 24/03/1820, para entrar no dito lançamento, por acréscimo à despesa da criação de todos os expostos que vierem à Roda desta Vila, e regula de 35 a 40 por ano, e pagamento por cada um, à ama em cada mês, no primeiro ano de leite a 1.500 réis, como se paga em Barcelos, além dos enxovais; ou aliás, se devo fazer criar, só aqueles a que as pequenas sobras das Sisas dão lugar, e continuar a enviar os outros para o Porto” PILOTO, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde 1835/1854*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Tese de Mestrado. p.118

e no final referem o dia e a hora que em a criança será colocada na Roda do Porto. Contudo, nem todas as crianças eram remetidas para o Porto no mesmo dia, existindo mesmo casos em que a criança permanece mais do que dois dias em Penafiel. Este facto permite-nos concluir que em Penafiel existiria uma instituição de abrigo temporário, uma espécie de recetáculo, mas não uma Roda com toda a logística e infraestrutura a que isso obriga. Podemos então colocar a questão, poderemos chamar esta instituição de Roda? As fontes nunca colocam isso em dúvida, e o exemplo disso são os registos de Entradas onde é sempre referido que determinada criança entrou na Roda. Tendo isto em conta podemos afirmar que a Roda terá começado muito antes de 1841, segundo um modelo que se observa em Aveiro, Braga, etc.⁵⁴.

É possível entender porque o estudo já referido defende que a Roda terá começado em 1841 ou 1842, já que no Livro de Entradas nº 1⁵⁵ (1841-12-29/1844-09-29) o termo de abertura informa “que se transladarão fielmente os assentos que tenham sido feitos provisoriamente desde o estabelecimento daquela Roda em vinte de Dezembro de mil oitocentos quarenta e um”. Em consequência da providência de dezembro de 1841 a Roda tem que se reorganizar, e se alguma dúvida existia em relação a esta alteração ela é observável pela repetição da numeração na encadernação dos Livros de Entradas, ou seja, existe uma repetição do Livro nº1. Existe um primeiro Livro designado como sendo o primeiro, em 1828, e um outro, Livro nº 1 em dezembro de 1841, como se tudo começasse de novo.

O mesmo termo de abertura é empregue na Roda de Vila do Conde “*Este livro há-de servir na Roda de Vila do Conde para nele se lançarem os assentos dos expostos desde hoje em diante, trasladando-se, fielmente para aqui, os assentos que se tenham provisoriamente feito desde o estabelecimento daquela Roda em 20 de Dezembro de*

⁵⁴ Vide tese AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, vol.1. Dissertação de Doutoramento. p.179 e 180 “A partir daquela data, existia, oficialmente, uma Roda, na cidade; porém, a falta de verbas levou a que se enviassem para a Roda da cidade do Porto”.

⁵⁵ Este Livro de Entradas é produzido em 1842, contudo contém cópia de um assento de 29 de dezembro de 1841. Para facilitar a pesquisa ao utilizador optamos por colocar a data do primeiro assento e não a data do termo de abertura (22 de janeiro de 1842).

1841”⁵⁶, o que nos mostra que terá sido um aviso ou ordem dada a todas as Rodas. A Roda de Vila do Conde foi criada um ano depois do aviso de Pina Manique em 1784, o que nos leva a acreditar que a Roda de Penafiel terá sido criada muito antes de 1810 e de 1841.

2.2.2. Edifícios onde funcionaram a Roda e o Hospício

A conceção de Roda é um conceito muito amplo, pois quando falamos nesta instituição pensamos não só nas pessoas que a governam, como nas amas que possibilitavam a sobrevivência dos enjeitados, e ainda a existência de uma infraestrutura que viabilize a prestação desta assistência. Os edifícios utilizados para receber as Rodas tinham uma peculiaridade entre si, donde lhe adviria o nome: um cilindro de madeira vertical, que girava sobre o seu eixo e com uma abertura para que lá fosse possível colocar uma criança, colocado na parede principal do edifício. O expositor só tinha que fazer girar a Roda, que faria tocar um sino que alertava a rodeira de serviço da entrada de uma criança, permitindo o anonimato da exposição, embora fossem frequentes os relatos de conversas entre os expositores e a rodeira⁵⁷.

O reconhecimento destes edifícios revelou-se uma tarefa mais difícil do que esperado, e as informações conseguidas são vagas e pouco detalhadas. O fundo da Casa da Roda de Penafiel não nos permite obter qualquer tipo de informações a respeito da localização dos edifícios, muitos menos das características dos mesmos. O único esclarecimento sobre o tema é dado pela bibliografia que, para os finais de 1841 ou 1842, indica que a Roda funcionaria por baixo da antiga casa dos Corregedores⁵⁸.

Consultando a Legislação Régia de 1839 tomamos conhecimento de uma compra para se estabelecer a Roda: “*Manda a Rainha, pela Secretária d`Estado dos Negócios do Reino, participar ao Administrador Geral do Distrito do Porto, em resposta ao seu offício de 5 do corrente, e para o fazer constar á Câmara Municipal de Penafiel, que a*

⁵⁶ PILOTO, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde 1835/1854*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Tese de Mestrado.

⁵⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. p.204.

⁵⁸ FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. P. 136

*authorisção que pede para celebrar o contracto de compra de umas casas para o Estabelecimento da Roda dos Expostos, deve ser solicitada do Conselho de Districto, ou da Junta Geral Administrativa do mesmo, na forma do respectivo Codigo.”*⁵⁹.

Mais notícias sobre o edifício só em 1884 “*Tendo a junta geral do districto do Porto em sessão de 30 de novembro de 1883, a fim de construir em Penafiel um edifício onde instale em melhores condições o hospicio dos expostos que ali mantem, resolvido adquirir 2:670 metros quadrados de terreno de uma propriedade pertencente ao dr. José de Sousa Magalhães Cabral, pelo preço de 801\$000 réis, no qual se incluye o da agua de um poço que ficará pertencendo ao terreno comprado: hei por bem, deferindo ao que me representou a respectiva comissão executiva e nos termos do artigo 56.º § único, n.º1. do código administrativo, auctorisar a junta geral a realizar pelo mencionado preço de 801\$000 réis a compra do referido terreno que se acha compreendido pelas letras A, B, C, D na planta que com o presente decreto baixa competentemente autenticada.*”⁶⁰

Esta instituição de assistência, a partir de 1865 Hospício, terá mudado várias vezes de lugar, procurando casas com melhores condições para albergar os Expostos, tal como aconteceu com a Roda do Porto.⁶¹ Embora em 1884 a legislação fale numa compra de terrenos para lá se construir a Roda, em 1927 e em 1928 nos livros de “*Sinopse da receita e despesa*” da Junta Geral do Distrito do Porto várias são as anotações sobre reparos e obras na Casa-Hospício e pagamentos de aluguer da mesma.

2.3. As responsabilidades concelhias sobre a Casa da Roda e Hospício

Para realizar esta análise foi preciso conhecer as várias entidades com responsabilidades na gestão dos estabelecimentos de assistência (Roda e depois Hospício). Procurou-se na própria documentação, examinado a forma como chegou, as próprias entidades produtoras.

⁵⁹ Portaria 15 de Novembro de 1839 [Em linha]. Legislação Régia. [Consultado em 2017-09-20]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/20/17/p555>.

⁶⁰ Decreto de 26 de Março de 1884 [Em linha]. Legislação Régia. [Consultado em 2017-09-19]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/58/39/p109>.

⁶¹ Vide tese ALVES, Patrícia Alexandra Lopes – *A Construção e Reconstrução de Memória da Casa da Roda do Porto - o arquivo (1689-1838)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado.

p. 12-19.

No caso concreto de Penafiel, o estabelecimento de expostos esteve até muito tarde sobre a direção da Câmara, daí podermos concluir que a documentação ficaria depositada na Roda. Porém, com o código administrativo de 1878⁶² cessam as competências das Câmaras Municipais em relação aos expostos, estes passam a fazer parte da tutela das Juntas Gerais do Distrito, que tem agora como obrigação “*regular e derigir a administração dos expostos e creanças desvalidas e abandonadas*”. Com esta mudança é de supor que todo o arquivo da Roda e do Hospício passassem para a tutoria da Junta Geral do Distrito, e mais tarde para a Assembleia Distrital do Porto, situada na Rua Antero de Quental.

Neste seu percurso, fica claro que, apesar da legislação, quando se fala da criação de expostos, as municipalidades assim como as misericórdias “empurraram durante muito tempo” umas para as outras estas responsabilidades financeiras. No caso de Penafiel sempre esteve a cargo da Câmara Municipal, financiada pela Junta Geral do Distrito, e significou um grande encargo⁶³. São valores que tenderam sempre a aumentar de ano para ano, justificados pelos aumentos de lactações ou seja de criação de filhos naturais (de pais conhecidos), cuja família não tinha meios para os sustentar, ou devido à incapacidade ou morte da mãe e de criação de órfãos. A partir dos sete anos de idade o concelho deixaria de ter responsabilidades financeiras, pois passavam para a alçada do juiz dos órfãos ou ficavam a cargo da família das amas que os acolheram. No caso de Penafiel isso é visível, pois temos dois Livros de Saídas maiores de 7 anos (1893-07-01/1916-10-01 e 1916-10-30 /1943-01-01) que se encontram ao cuidado das amas, e eram são subsidiados em virtude da apresentação de atestado comprovativo da frequência nas escolas primárias

A partir de 1870 emergem as circulares por parte do Governo Civil dirigida a vários concelhos, inclusive a Penafiel, para que diminuíssem a atribuição de subsídios de lactação, pois eram em tão grande número que eram difíceis de suportar, face aos recursos dos cofres concelhios.

Uma forma de evitar os custos acrescidos e insuportáveis era a transferência de

⁶² 4º, Artº53º, Cap.II, Tit.IV do Código Administrativo de 1878.p.10

⁶³ SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos – *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*. Penafiel: Museu Municipal, 2000. p.164 e 165

crianças entre Rodas, notando-se que em Penafiel elas começam logo no primeiro Livro de Entradas em 1810 com a saída das crianças para a Roda do Porto, movimento que se mantêm até 1841. Estas transferências são visíveis sobretudo em duas séries, nos Livros de Entradas e nos Livros de Saídas do fundo de Penafiel.

Elas são registadas em vários anos, mas não apenas para a do Porto. É o caso do ano de 1832, em que se verificam transferências para a Roda de Lousada de Unhão.

O movimento inverso também se verifica e, a partir de 1850, as entradas na Roda de Penafiel aumentam consideravelmente devido ao elevado numero de crianças vindas da Roda do Porto, movimento este que se manteve em 1851. Em agosto de 1854 a Roda de Penafiel começa a receber crianças da extinta Roda de Amarante, processo este que dura até 1855.

As transferências serão uma realidade até muito tarde, porque em 1920 várias crianças do Hospício de Penafiel transitam para outras instituições de apoio à criança como a Escola Profissional Feminina ou Casa Pia de Paço de Sousa, assim como em 1921 existem guias de transferência do Hospício do Porto.

Com a extinção do Hospício de Penafiel a 31 de maio de 1928 as crianças foram distribuídas por vários estabelecimentos entre os quais: Hospício do Porto, Internato Alves de Magalhães, Escola Profissional, Colonia Agrícola Ferreira Lapa entre outras.⁶⁴

⁶⁴ Vide Livro de Entradas N°21(1924-05-21/1928-04-22). Na página 52 de 1926 fica a informação que a Casa Hospício de Penafiel é extinta a 31 de maio de 1928, indo as crianças para outras instituições.

Capítulo 3. – Estudo orgânico-funcional

Antes de apresentar as séries e a sua descrição será oportuno analisarmos o quadro orgânico-funcional da Casa da Roda e do Hospício de Penafiel. Para realizar este estudo baseamo-nos sobretudo nas fontes documentais desta instituição, mas também em fontes da Junta Geral do Distrito, assim como em informação produzida pela administração concelhia. Este estudo é fundamental para perceber a estrutura e produção da documentação permitindo uma melhor organização e tratamento da mesma, pois permitenos identificar os produtores de informação, os cargos e as funções que ocuparam relacionados com a instituição. Far-se-á uma primeira abordagem relativamente à Roda e depois à instituição sucedânea, o Hospício

3.1. Órgãos, competências e funções da Roda

Concretizar este estudo para a Roda de Penafiel teve algum coeficiente de dificuldade dado não existirem estudos prévios especificamente sobre a História da Roda de Penafiel, ao contrário do que aconteceu com trabalhos de outras Rodas mais estudadas. Assim, foi a leitura do conteúdo da documentação que se tratou essencial – e este é o traço da metodologia que aqui propusemos, a de que pressupõe o estudo sistémico da informação.

Numa primeira fase, leram-se os termos de abertura e de encerramento e as assinaturas no final dos assentos no Livro de Entradas. Esta metodologia só viria a resultar a partir do Livro nº 1(1841-1844) onde foi possível recolher informações. Os livros anteriores, embora tivessem termos de abertura (exceto os Livros de Entradas de 1818-06-19 a 1823-05-25 e de 1823-05-27a 1828-02-04), nada revelavam sobre quem administrava a Roda, muito menos a designação que teria tal cargo, embora fosse previsível que essa hierarquia existisse.

A abordagem historiográfica que havíamos feito, acerca do papel dos concelhos na administração das Rodas, levou-nos até ao Arquivo Municipal de Penafiel, na expectativa de encontrar algum livro da Roda que nos pudesse ajudar. No arquivo não existiam livros pertencentes ao fundo da Roda de Penafiel, com a exceção de um livro intitulado “*Lançamento das guias passadas para o Hospício dos Expostos desta Cidade*” de 25 de janeiro de 1873 a

1902⁶⁵, com a mesma estrutura que os Livros de Entradas encontrados no ADP.

Com a inexistência de tais livros, previa-se que o Concelho de Penafiel recebesse ordens régias, normalmente registadas em livros de Registo Geral, normalmente cópias da correspondência recebida da administração central ou do Corregedor ou Provedor da circunscrição com jurisdição sobre o território concelhio. Seleccionamos um Livro de Registo Geral de 1827 a 1895, que continha, entre outros assuntos, leis, cartas, provisões, ordens⁶⁶. Nele, na página 3v, lê-se o registo de uma resposta da Câmara a 12 de maio de 1827 a um requerimento de Manoel José de Paiva, administrador da Roda dos expostos, pedindo um ordenado de 60\$000 pagos com os sobejos das sisas, em compensação pelo trabalho de inspeção na Roda. Por este registo ficamos a saber que existia um administrador à época e que, pelo menos, uma das suas tarefas seria fiscalizar. A designação de administrador terá sido uma constante pelo menos até 1841, pois em 1842 a designação muda para vereador encarregado da administração dos expostos, ocupando o lugar António Coelho de Menezes Guimarães. Esta alteração não acontece ao acaso, temos que ter em consideração as providências da Junta Geral do Distrito distribuídas em 1838, com o objetivo de regular o funcionamento dos estabelecimentos dos expostos, que voltam a ser publicadas e distribuídas pelas Rodas em dezembro de 1841, para entrarem em vigor a janeiro de 1842 “*data em que efetivamente se iniciou a organização do quadro distrital de assistência à infância*”⁶⁷.

Os anos de 1841 e 1842 parecem ter sido um marco de mudança a nível administrativo, algo que fica muito nítido nos Livros de Entradas, a administração começa a ser mais exigente na produção dos assentos de entradas. Veja-se, por este exemplo, de 1810 até 1841 as crianças eram registadas pelo dia em que entravam, e no mesmo dia poderíamos ter mais que uma criança que levava a mesma numeração, enquanto que a partir janeiro de 1842 as crianças passam a receber numeração individual, nada tendo a ver com o dia de entrada, tal como há muito já se fazia na Roda do Porto⁶⁸.

⁶⁵ Arquivo Municipal de Penafiel - Referencia da Série: PT/AMPNF/AL/ACPNF/A/B/B/001.

⁶⁶ A.M.P., A110/112- Registo Geral- Leis, cartas, provisões, ordens, 1826-1895

⁶⁷ MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.35 e 36.

⁶⁸ *Idem*.

Outro sinal de mudança é confirmado pelas assinaturas das entidades fiscalizadoras. Com efeito, o Livro nº 1 (1841 a 1844) tem numeração e rubrica do chefe da repartição dos expostos, António Jorge Malta, por ordem do administrador geral, enquanto o livro nº 2 (1844-1846) tem termo de abertura assinado pelo governador civil, Conde Ferreira, que dá comissão a António Jorge Malta para numerar, rubricar e lavrar o termo de encerramento, enquanto no Livro nº3(1846-1849) o termo de abertura e de encerramento é assinado unicamente pelo Governador Civil, Visconde de Beire.

A figura principal na administração da Roda, pelo menos a partir de 1842, era o vereador encarregado da administração dos expostos escolhido pela Câmara para governar e fiscalizar. Contudo, nem sempre foi possível identificar a sua assinatura em todos os Livros de Entradas, não se sabendo se esteve ausente ou simplesmente não terá assinado. Através da tabela poderemos ter a ideia de quem ocupou esse cargo e em que período.

I – Vereadores encarregados da administração da Roda de Penafiel

Ano	Vereadores
1842	António Coelho de Menezes Guimarães
1843/1844	José Joaquim Sousa Cirne
1844	António Alves Almeida
1851	José Silva de Moreira Meireles
1854	Victorino Barbosa da Costa Guimarães
1855	António Pedro de Sousa
1856	António Pedro de Sousa
1858	António Pedro de Sousa
1861	António Pedro de Sousa
1863	António Pedro de Sousa
1870	António Pedro de Sousa
1877	António Pedro de Sousa (a partir de 11 de março assina como Diretor do Hospício)

Observando a tabela, um nome nos salta à vista pela repetição, António Pedro de Sousa, homem ligado à política, sobretudo ocupando o cargo de vereador, viúvo,

proprietário morador na Rua Cimo de Vila na freguesia de Penafiel. Porém, muitos outros também tinham cargos políticos. Veja-se António Coelho de Menezes Guimarães que em 1836 tinha sido escolhido para o cargo de fiscal da Câmara de Penafiel, cargo que volta a cumprir em 1841/1842. No mesmo período podemos encontrá-lo a ocupar o cargo de vereador encarregado da administração dos expostos na Roda. Todavia, além destes cargos, ocupou o lugar de vogal durante um mandato entre 1843/1844 e foi vereador da Câmara de Penafiel nos anos de 1836, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846.⁶⁹

José Joaquim de Sousa Cirne fiscal da Câmara no período de 1843-1844 e vereador da administração dos expostos, tal como o anterior também foi vogal durante dois mandatos, nos anos de 1845/46 e 1850/51, foi vereador da Câmara nos anos de 1837, 1840, 1843 e 1844.⁷⁰

António Alves de Almeida Araújo ocupava o cargo de vereador dos expostos em 1844, e em 1845/46, é eleito fiscal da Câmara. Foi vereador na Câmara de Penafiel nos anos de 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, e 1851.⁷¹

Pelo que podemos observar o administrador da Roda poderia ser escolhido de entre os vereadores da Câmara Municipal. Porém, para tentar justificar esta hipótese, consultámos no Arquivo Municipal de Penafiel o Juramentos das Câmaras 1836-63⁷², onde podemos analisar o termo de Juramento de vereadores e conferir se estariam neste cargo enquanto administravam a Roda. Por norma, o número de vereadores da Câmara fixava-se em cinco, e é possível encontrar, na página 36, a 11 de agosto de 1841, o termo de Juramento de António Coelho de Menezes Guimarães, depositário dos dinheiros dos órfãos do Julgado de Penafiel. Sabemos que o podemos encontrar como fiscal da Câmara deste Concelho, em janeiro 1842, e no mesmo ano a exercer o cargo de vereador encarregado da administração dos expostos.

Teremos que saltar para 5 de janeiro de 1864 para voltar a comparar nomes e encontrar António Pedro de Sousa a fazer juramento para vereador da Câmara até 1865. Em simultâneo encontra-se a dirigir o Hospício, a mesma situação se repete em 1866 e

⁶⁹ FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. p.173

⁷⁰ Idem, p.173

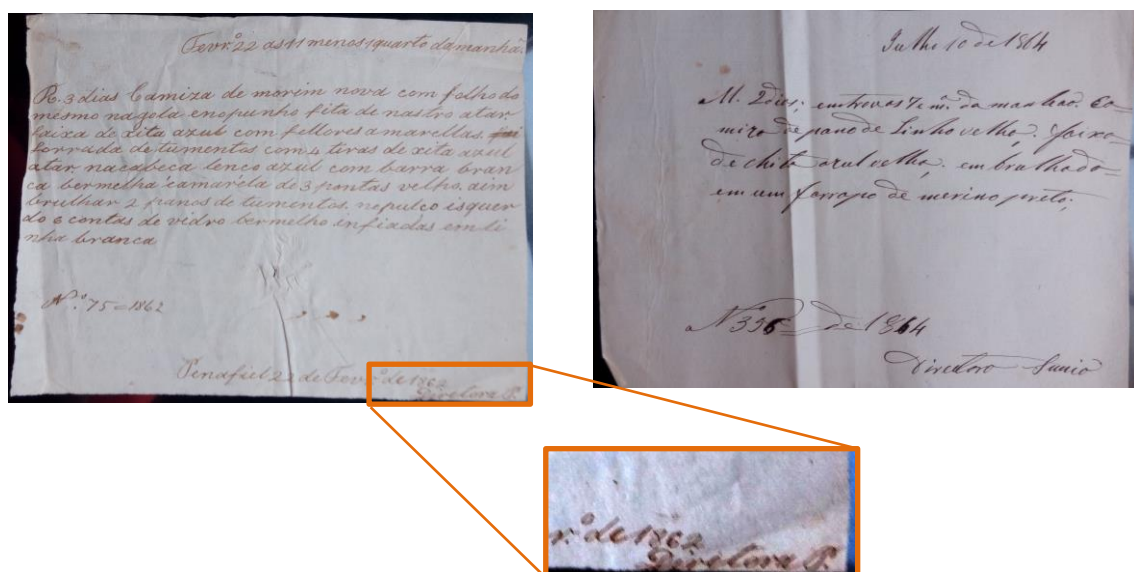
⁷¹ Idem, p.173

⁷² Juramento das Câmaras, 1836-63-Arquivo Municipal de Penafiel. AMPNF/LV2

1867, 1870, 1872 e 1873. Como podemos observar, não existe relação direta com todos os nomes da tabela que surgem no cargo de vereadores encarregados da administração dos exposto com o cargo de vereador da Câmara, contudo, se tivermos em atenção a permanência de Antônio Pedro de Sousa, quer no Hospício quer no cargo de vereador da Câmara, podemos inferir que existe uma preferência por pessoas que ocupam lugares de vereadores ou de fiscais, no fundo podemos concluir com certeza que o administrador da Roda ou do Hospício seria alguém pertencente à elite política de Penafiel.

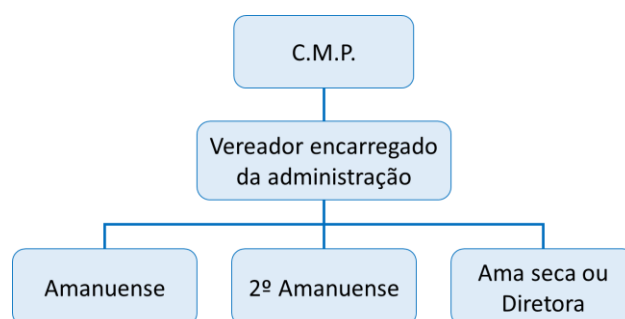
Para compreender melhor o funcionamento da Roda, e posteriormente do Hospício, o ideal será apresentar um organograma e a partir dele descrever as funções e cargos. Até 1896, a estrutura orgânica é desenhada através de informações obtidas nos documentos analisados, tendo em conta que existem certos cargos, que embora não apareçam discriminados, são essenciais para o funcionamento da instituição, é o caso da diretora. Existem provas da existência de duas diretoras, sobretudo a partir de 1854, assinando como diretora Lúcia, e de 1859 até 1862 de uma Diretora, que assina com “P”. Embora nunca assinem nos livros, temos a sua assinatura em pequenos bilhetes, descrevendo o dia, a hora, sexo da criança, particularidade físicas e os sinais ou bilhetes escritos que acompanhavam a criança, assinando no final como diretora.

Imagem 1 – Bilhetes assinados pelas Diretoras da Roda de Penafiel.



Estes pequenos bilhetes seriam entregues ao vereador encarregado da administração dos expostos e ao amanuense que produziam depois os assentos de Entradas, com base nestes bilhetes. Após a entrada em funcionamento do Hospício, não encontramos mais este tipo de bilhetes, muito menos a presença de uma diretora, porém não temos dúvidas que dentro da Roda, a coordenar as amas, estaria alguém, mesmo que com outra designação.

II – Estrutura orgânico-funcional da Casa da Roda de Penafiel (por volta de 1854)



Como se pode observar pelo organograma, a estrutura interna, baseada pela informação documental, é simples e as personagens mais sonantes na produção documental são o vereador e o amanuense, sendo que este último terá uma presença mais assídua se tivermos em consideração as assinaturas nos Livros de Entradas, vejamos pela tabela:

III – Amanuenses registados nos Livros de Entradas

Livro de Entradas nº 1 (1841-1844)	Francisco Solano de Barbosa Sousa
Livro de Entradas nº2(1844-1846)	Francisco Solano de Barbosa Sousa
Livro de Entradas nº 3 (1846-1849)	Francisco Solano de Barbosa Sousa
Livro de Entradas nº 4 (1849-1850)	António Solano Moreira de Barbosa Sousa
Livro de Entradas nº 5 (1850-1851)	António Solano Moreira de Barbosa Sousa
Livro de Entradas nº 6 (1852)	Joaquim José Natividade (a exercer de dia 1 de janeiro de 1852 a 4 de maio de 1852). António Solano Moreira de Barbosa e Sousa (após 4 de maio de 1852)
Livro de Entradas nº 7 (1854)	Francisco António Moreira Coutinho (inicia funções a 7 de outubro de 1854)
Livro de Entradas nº 8 (1854-1856)	Francisco António Moreira Coutinho

Livro de Entradas nº 9 (1856-1858)	Francisco António Moreira Coutinho
Livro de Entradas nº 10 (1858-1860)	Francisco António Moreira Coutinho
Livro de Entradas nº 12 (1861-1863)	Francisco António Moreira Coutinho
Livro de Entradas nº 13 (1863-1864)	Francisco António Moreira Coutinho
Livro de Entradas nº 14 (1865-1870)	António Solano Moreira de Barbosa e Sousa (aparece pela primeira vez com a designação de secretário)
Livro de Entradas nº 15 (1870-1877)	António Solano Moreira de Barbosa e Sousa
Livro de Entradas nº 16 (1877-1887)	Luiz da Silva Leal (assina como segundo amanuense a partir de 25 de junho de 1881)
Livro de Entradas nº 17 (1891-1892)	Adriano Augusto Cesar Pereira Alves (exerce o cargo a partir de 6 de outubro de 1891.) Basílio Coelho da Silva (exerce o cargo a partir de 27 de abril de 1892 como 2º amanuense)
Livro de Entradas nº 18 (1899-1913)	Basílio Coelho da Silva (como 2º amanuense)
Livro de Entradas nº 19 (1913-1919)	Adriano Augusto Cesar Pereira Alves. Francisco Guedes de Sousa (a partir de 18 de dezembro de 1913 como amanuense fiel interino). Augusto Joaquim da Silva (a partir de 10 de janeiro de 1919 como amanuense auxiliar)
Livro de Entradas nº 20(1919-1924)	Horácio Pinto (a partir de 4 de julho de 1919 como amanuense interino) Augusto Joaquim da Silva (a 4 de março de 1920) Horácio Pinto (a partir de 27 de junho de 1920)

Como se observa pela cronologia só temos informações de quem elabora os assentos a partir do Livro de Entradas nº 1, tal como acontece com os vereadores encarregados da administração da Roda. Outra das semelhanças com a grelha anterior dos vereadores prende-se com a permanência no cargo pelo mesmo amanuense Francisco António Moreira Coutinho. Observando as tabelas I e II, podemos concluir que alguns vereadores (exemplo António Pedro de Sousa) e amanuenses, exercem durante vários anos a mesma função neste estabelecimento de assistência. Contudo, não temos como saber o porquê desta permanência, uma vez que se desconhece o processo de nomeação dos funcionários da Roda.

Se observarmos com atenção o Livro de Entradas nº 14 (1865-1870), os assentos são feitos e assinados por um secretário, designação até ao momento inexistente, que terá que ver com a entrada em funcionamento do Hospício, mas que não volta a aparecer nos restantes Livros de Entradas.

É de salientar ainda o aparecimento de mais que um 2º amanuense (Luiz da Silva

Leal e Basílio Coelho), mas também de um amanuense fiel interino (Francisco Guedes de Sousa e Horácio Pinto), de um amanuense auxiliar (Augusto Joaquim da Silva). Todos eles aparecem de forma a colmatar a ausência do 1º amanuense. As informações presentes no fundo de Penafiel nunca nos permitiram perceber os motivos justificativos das ausências dos 1º amanuenses, contudo, podemos supor que seriam por impossibilidades pessoais ou por doença.

Segundo Ana Moreira, que estudou a Roda e o Hospício do Porto o cargo de amanuense terá sido criado pelo Regimento de 1838, e o seu número era de dois, porém, a partir de 1854, com as Providências da Junta Geral que extinguiu todas as Rodas do distrito com a exceção da Roda do Porto e de Penafiel, era possível o pedido de mais um amanuense para fazer face ao aumento de trabalho. No entanto, *“entrevê-se a existência de uma hierarquia entre os vários funcionários que ocupavam este cargo, distinguindo-se entre o primeiro, segundo e terceiro”*⁷³.

A tabela abaixo apresenta as três figuras de relevo na produção documental da Roda de Penafiel, ora vejamos:

IV – Cargos, funções e produção de informação na Roda de Penafiel (1810-1865)

Setor orgânico	Funções na instituição	Produção documental
Vereador da Roda	A partir de 1842 podemos encontrar os vereadores a administrar e fiscalizar o funcionamento da Casa da Roda; Verificava e assinava no final de cada assento feito pelo amanuense nos Livro de Entradas. De 1862 a 1865 confere no final de cada ano o total de subsídios de lactação atribuídos	002 Entradas 003Saídas 011 Lactações concedidas
Amanuenses	Tal como no caso do vereador a sua presença faz-se sentir a partir de 1842 na elaboração dos assentos de Entradas, Saídas e também na fiscalização das quantias pagas em subsídios.	002 Entradas 0003Saídas 011 Lactações

⁷³ MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.59

Ama seca ou diretora	1854-1864 Elaborava os bilhetes para cada exposto entrado na Roda, anotando o dia, sexo da criança, possível idade. Sinais ou bilhetes que trouxesse. Informava o vereador do estado do funcionamento interno da Roda. Zelava pelo cumprimento das regras dentro da Roda.	Bilhetes dirigidos ao vereador e ao amanuense
----------------------	--	---

Informações mais precisas sobre a estrutura da instituição só encontraremos a partir de 1896, através de uma cópia do orçamento ordinário da Comissão Distrital do Porto para o ano de 1896, referente à Casa-Hospício de Penafiel.⁷⁴

Tal como já foi referido anteriormente, a Roda e o Hospício sempre estiveram sob a alçada da Câmara, que tinha algumas funções específicas. Além de escolher o vereador para administrar a Roda, requisitava dinheiro para a Roda, fosse para financiar o seu funcionamento fosse para pagar às amas, junto da Junta Geral do Distrito e acompanhava balancetes e tudo o que dissesse respeito à despesa e receita.

A tutela da Câmara reflete-se nalgumas séries de documentos, como as das Lactações, de 1862 até 1872, já que nos registos é possível ler que os subsídios são concedidos pela Câmara por acórdão ou despacho. No 2º Livro (1865-1867), não encontramos os mesmos termos, mas é nítido que continuam a ser atribuídos pela Câmara, agora concedidos após sessão. No final de cada ano, existia uma reunião com o vereador responsável pelos expostos, tesoureiro da Câmara e o amanuense para verificarem o total de pagamentos feitos em subsídios de lactação. Só a partir de setembro de 1872 as lactações passaram a ser concedidas pelo Governo Civil, retirando assim esta responsabilidade da alçada da Câmara.

A Roda de Penafiel, tal como as outras rodas, não criava apenas meninos enjeitados, mas também crianças cujo seio familiar não teria condições para fazer face à sua sobrevivência, condição que pressupunha a atribuição das chamadas lactações, havendo conhecimento de quem eram os seus pais (nomes, estado civil, morada, profissão e motivo

⁷⁴ Este orçamento foi encontrado dentro das caixas com documentação avulsa que ainda não foi alvo de tratamento.

para a lactação). As lactações só eram autorizadas perante pobreza extrema ou incapacidade da mãe em amamentar o filho, quer por falta de leite, por nascimento de gémeos, doença ou morte da mesma. Estas crianças eram registadas no Livros de Entradas e só a partir de 1862 passam a ter um livro próprio, embora na Roda do Porto esta distinção de registos já se fizesse desde 1796. A presença destas crianças inflacionava o número de abandonos reais, já que entravam em situações diferentes, quer em termos jurídicos, quer a nível social. As crianças lactadas permaneciam por um período curto de tempo na Roda ou nas amas, eram assistidas até ao desmane e não até aos sete anos como os expostos. Contudo, existem casos de crianças que entram para lactação e que mais tarde transitam para a Roda como enjeitados, casos em que as famílias não os vieram recuperar no fim do aleitamento. As crianças lactadas eram, por norma, mais velhas que as crianças expostas.

No caso de Penafiel, a atribuição destes subsídios passou por várias tutelas, observando-se pelos Livros de Lactações que desde 1862 até 1865 os subsídios eram concedidos pela Câmara, através de acórdãos ou por despacho. De 1866 a 1871 os subsídios de lactação eram concedidos após sessão, também da Câmara. A partir de 1872 até 1877 os pedidos de subsídios eram apresentados ao Hospício pelos requerentes na presença de um requerimento despachado pelo Governo Civil, e o Hospício fazia os referidos pagamentos. Em 1879 temos já a Comissão Distrital a fazer o papel do Governador Civil, e a partir de 1880, até 1883, quem assinava a autorização destes subsídios era a Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito. O grande objetivo destes subsídios passava por evitar novas exposições, e, embora tenham sido um encargo financeiro dispendioso, considerava-se mais económico do que criar um exposto.

3.2. Órgãos, competências e funções do Hospício

É no século XIX que começa uma discussão sobre a necessidade e o papel social das Casas da Roda. Fundamentalmente, coloca-se sobre a mesa três hipóteses: a extinção,

conservação ou reforma das Rodas.⁷⁵

Desde 1858 que no Distrito do Porto se começam a exercer medidas preventivas à exposição, e pouco tempo levou até que a Junta Geral do Distrito decidisse sobre o encerramento da Roda do Porto e a entrada em vigor do Hospício, em 1864, elaborando um regulamento que guiava a direção na admissão das crianças. Seguem-se publicações de várias Providências em 1866, 1867 e 1870, com a intenção de reestruturação de todo o sistema de assistência enquanto Hospício e a admissão de crianças.

Em 21 de Novembro de 1867, muito influenciado pelo projeto de Henriques Secco apresentado ao parlamento em 23 de abril de 1855, as Rodas são abolidas e são substituídas por Hospícios de admissão seletiva, “*destinados a admitir não só expostos, mas também crianças abandonadas (...) e indigentes*”⁷⁶.

Embora a extinção das Rodas só arrancasse verdadeiramente em 1867, anos antes as Juntas Gerais de Distrito já tinham começado a diminuir o número de Rodas. Todavia a Junta Geral do Porto, tal como já vimos, antecipou-se e determinou o fecho da sua Roda em 1865, Penafiel terá seguido o seu exemplo e fechou a sua Roda no mesmo período.

A passagem de Roda a Hospício não alterou de forma significativa as funções a cumprir por parte do Governador Civil, que permanecia como fiscalizador e regulador, a única diferença recai agora na possibilidade de passar guias, documentação obrigatória para que a criança fosse admitida. O Administrador continua a zelar e a vigiar as mulheres não recatadas, podendo também passar guias, principalmente nos casos de exposição em locais públicos, que seriam entregues no Hospício. As Câmaras continuaram a administrar os Hospícios, até estes passarem definitivamente para a alçada da Junta Geral. O Regedor de paróquia continuava a fiscalizar o bom tratamento dos expostos entregues a amas e podiam também passar atestados, autenticando os motivos que levavam ao pedido do subsídio de lactação.

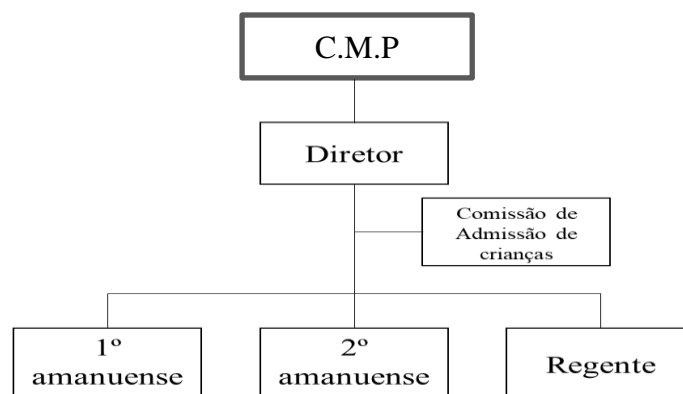
Tal como já foi referido, pouco mudou na estrutura orgânica da casa com a chegada

⁷⁵ Para mais informações sobre a mudança de Roda para Hospício vide tese CORTES, Nuno Maria Osório Nóbrega – *O abandono de crianças no Algarve o caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*. Porto: Faculdade de Letras, 1991. Dissertação de Mestrado.

⁷⁶ MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.46

do Hospício. No entanto, é de salientar duas novas realidades: primeiro a mudança de denominação de vereador encarregado da administração dos expostos para Diretor do Hospício⁷⁷ e o aparecimento de uma Comissão de Admissão de Crianças, constituída por cinco membros, quatro deles do quadro do Hospício e outro externo, da Junta Geral do Distrito. É de salientar que a existência desta comissão não é comum noutras Rodas e segundo Ana Moreira “*as Comissões de Admissão de Crianças parecem ter sido exclusivas dos Hospícios dos Expostos do Porto e de Penafiel, ou seja, do distrito do Porto*”⁷⁸. Estas comissões tinham como principal função deliberar sobre a admissão definitiva das crianças no Hospício, crianças desvalidas e crianças expostas em locais públicos ou até à porta do Hospício. Esta comissão é responsável principalmente pelos Processos de Admissão de crianças. Designamos de processos pois é constituída por toda a documentação referente à dita criança (sejam atestados de pobreza, atos de investigação no caso de exposições etc.) criando processos individuais. Vejamos o organigrama:

V – Estrutura orgânico-funcional do Hospício (baseada nas figuras presentes na documentação do Hospício)



⁷⁷ Como diretor do Hospício para 1891, 1899, 1913, 1919 temos Adriano Sequeira, em 1920 Joaquim de Araújo Motta e em 1923 uma regente com o nome de Maria Evaristo Martins Ribeiro

⁷⁸ MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.70

VI – Cargos, funções no Hospício e responsabilidades na produção da informação, no Hospício de Penafiel

Cargo	Funções	Produção documental
Diretor (substituiu o vereador, a designação aparece pela primeira vez em março de 1879)	- Administrar e fiscalizar o bom funcionamento do Hospício. Após a extinção da Comissão de admissão, passa a decidir sobre a admissão das crianças	002 -Entradas 003-Saídas 008-Registo de batismo dos expostos 013-Correspondência Recebida 020-Diários de despesa 028-Alvára de nomeação 029-Diários de Receita 030-Livros de Ponto na Casa Hospício de Penafiel 031-Registo de óbitos dos expostos.
Comissão de admissão de Crianças (extinta em 1872)	Decidir sobre a admissão definitiva de crianças no Hospício. Reunir três vezes por semana. Deferir sobre os subsídios de lactação	010-Processos de admissão 011-Lactações concedidas
1º amanuense	Elaboração dos assentos de entradas. Elaboração dos Livros de Saídas. Registo e supervisão de receitas e despesas	002-Entradas 003-Saídas 016-Receitas e Despesas 020-Diários de despesa 029-Diários de Receita
2º amanuense	Substituição do 1º amanuense para elaborar a escrituração da instituição	
Regente (só se verifica a sua presença de 1923-1926)	Resumo de registos de assentos de entradas.	002-Entradas

Contudo, através de uma cópia do orçamento ordinário da Comissão Distrital do Porto para o ano de 1896, na Casa Hospício pudemos analisar os vencimentos dos empregados da instituição e verificamos que existem os seguintes cargos:

- Diretor
- Facultativo (faz cumulativamente a função de diretor)
- Um capelão
- 1º amanuense

- 2º amanuense
- Um fiel
- Um contínuo
- Um porteiro
- Uma regente
- Uma despenseira
- Uma enfermeira
- Uma cozinheira e uma ajudante
- Uma servente externe e outra interna
- Uma lavadeira
- Amas de leite internas e provisórias, amas de leite e a seco.

Efetivamente, existiam todos estes funcionários, com competências próprias, embora sem responsabilidades na produção da informação.

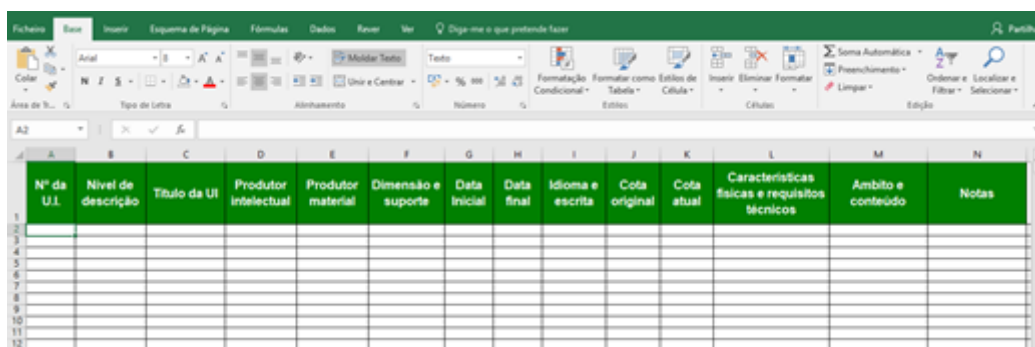
Se observarmos a *Sinopse da receita e despesa* da Junta Geral do Distrito para o ano de 1923, deparamo-nos com os mesmos funcionários administrativos, no entanto não nos permite elaborar um quadro exemplificando as suas competências como existe para outras Rodas⁷⁹.

⁷⁹ Ver o exemplo do Porto no trabalho de Ana Moreira: MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado. p.75 e 76

Capítulo 4. Descrição de séries do fundo da Roda de Penafiel

A designação de fundo da Roda de Penafiel foi uma opção do ADP. Não obstante a norma indicar que o designativo deve ser o ultimamente adotado (numa escala de tempo), neste caso, à imagem de decisões aplicadas aquando do tratamento da Roda do Porto, a documentação do Hospício surge sob esta designação⁸⁰.

No que diz respeito às séries elas também, dentro do que foi possível, foram tratadas de forma muito semelhante às já existentes para a Roda do Porto quer no número de série, quer no título da série, por decisão do arquivo para assim uniformizar o tratamento e os fundos, criando unicamente séries novas para os livros que não se enquadravam nas séries do Porto⁸¹. Como já foi referido neste trabalho as informações retiradas de cada série foram registadas em tabela Excel, já com os campos formatados de forma a ser possível importar para o sistema adotado no ADP, o Digitalq.



Nº da U.I.	Nível de descrição	Título da UI	Produtor intelectual	Produtor material	Dimensão e suporte	Data Inicial	Data final	Idioma e escrita	Cota original	Cota atual	Características físicas e requisitos técnicos	Ambito e conteúdo	Notas

Imagem 2 – Modelo de definição de campos de categorias de informação.

⁸⁰ Ao consultarmos o Fundo da Roda do Porto é nos dada a informação nas notas que” O título escolhido para este fundo corresponde a uma designação atribuída, na medida em que, tendo deixado de ser a designação oficial da instituição em 1865, se manteve consagrada pelo uso (em detrimento do último título formal da instituição - Hospício dos Expostos do Porto -, considerado inadequado por ser menos conhecido)”.

⁸¹ As séries que se mantiveram iguais na Roda do Porto para a Roda de Penafiel são as seguintes: 002-Entradas; 003-Saídas;011-Lactações; 008-Registo de batismos dos expostos; 010-Processos de admissão de crianças;013-Correspondência Recebida; 014-Copiadores de Correspondência enviada;020-Diários de Despesa; As séries criadas especificamente para a Roda de Penafiel: 016-Registos de Receita e Despesa;026-Rematações de Expostos; 027-Atas;028-Alvarás de nomeação; 029-Diários de Receita; 030-Livros de Ponto na Casa Hospício de Penafiel; 031-Registos de óbitos dos expostos; 032-Registos de pagamentos efetuados às amas; 033-Sessões da Comissão de admissão de Expostos.

Para os títulos das unidades de instalação tentámos, sempre que possível, manter o título original que se encontrava nas encadernações, não sendo possível líamos o termo de abertura e o termo de encerramento para ter uma noção do que tratavam, e na ausência destes, depois de analisado o conteúdo do livro, e após consultarmos o fundo da Roda do Porto para perceber se existia algo igual, atribuíamos o título mais adequado.

O código de referência começa por identificar o país (PT), a entidade detentora Arquivo Distrital do Porto (ADPRT), grupo de arquivos Administração Central Descentralizada (ACD), fundo Casa da Roda de Penafiel (CRPNF) e dependendo da série, esta pode ser enquadrada em três secções sendo estas: assistência a expostos (AE), assistência a não expostos (ANE) e séries produzidas pela administração da Roda e do Hospício (ADM). Para exemplificar melhor como ficou organizado o fundo mostraremos a divisão das séries pelas secções:

SC – ADM - Administração da Roda

- SR 013 – Correspondência Recebida
- SR 014 – Copiadores de correspondência enviada
- SR 016 – Registos de receita e despesa
- SR 020 – Diários de despesa
- SR 027 – Atas
- SR 028 – Alvarás de nomeação
- SR 029 – Diários de receita
- SR 030 – Livros de ponto na Casa Hospício de Penafiel
- SR 032 – Registos de pagamentos efetuados às amas
- SR 033 – Sessões da Comissão de Admissão de Expostos

SC – AE – Assistência a Expostos

- SR 002 – Entradas
- SR 003 – Saídas
- SR 008 – Registos de batismos dos expostos
- SR 010 – Processos de admissão de crianças

SR 026 – Rematações de expostos

SR 031 – Registos de óbitos de expostos

SC – ANE – Assistência a Não Expostos

SR 011 – Lactações

A primeira documentação que optamos por tratar foram os Livros de Entrada, que no Digitalq ficaram com a designação de “Entradas”, serie 002, tal como no fundo da Roda do Porto, e com a seguinte referencia “PT/ADPT/ ACD CRPNF/AE/002

São no total 30 livros, que vão desde 1810 até 1928, todos se encontram em condições regulares para consulta. No entanto, é possível encontrar em alguns livros manchas de humidade e rasgões, que por vezes dificultam a leitura de alguns assentos. A maior parte não tem termo de abertura ou termo de encerramento, e o seu aspeto formal também se vai alterando ao longo do tempo.

Esta série foi a que mais contribuiu para entender a estrutura orgânico-funcional da Roda e da Casa Hospício, no entanto esta tarefa mostrou-se mais complexa do que se previa. Alguns termos de abertura podem ter a assinatura do Governador Civil do Porto e a assinatura do Chefe da Repartição dos Expostos Jorge Malta. O texto seguinte mostra a descrição da série colocada no Digitalq e consultável:

Série_002 Entradas. Datas extremas:1810-1928

Registos de entradas de crianças na Casa da Roda de Penafiel, cada criança tinha o seu assento individual, de 1810 a 1841, a numeração era atribuída por dia de entrada, o que significava que podíamos ter mais que uma criança com o mesmo número. A partir do Livro nº 1 (1841-1844) as crianças passam a ter uma numeração individual, por ordem de entrada e não por dia, e os assentos passam a ser mais completos contendo: nome da criança, data e hora da entrada, descrição da roupa e do enxoval, assim como dos sinais (estes sinais serviriam para a sua identificação, caso alguém os procurasse mais tarde, e podiam ser pulseiras, fitas, fios com contas, medalhas, escapulários, bolsinhas etc.), se a criança trouxesse bilhete ou escrito era transcrito para o assento de entrada, normalmente

estes bilhetes informavam sobre a existência ou não de batismo e o nome que tinha ou deveria ter. Além desta informação identifica o local onde foi encontrado. No final de cada assento é descrita a data de batismo, nome dado ao exposto, nome dos padrinhos, nome de quem realiza a cerimónia e lugar. Todas as crianças eram batizadas “sub conditione” mesmo que já tivessem sido batizadas. Nas margens existem informações sobre saídas de expostos com o nome da ama, morada, data de saída, falecimentos, transferências, retornos de expostos à Roda, entrega de crianças aos pais, etc.

Nestes assentos encontramos crianças expostas e não expostas, no caso das não expostas elas são admitidas por doença, morte ou extrema pobreza da mãe ou por algo que pudesse colocar em perigo a vida da criança. Os assentos estão organizados cronologicamente pela ordem de entrada.

Numa primeira fase de 1810 até 1841 as crianças entram na Roda de Penafiel, mas são remetidas para a Roda do Porto. A Roda de Penafiel seria uma espécie de abrigo temporário, não possuindo ainda condições plenas de funcionamento. A partir de 1841 as crianças deixam de transitar para outras Rodas para serem entregues a amas de fora, começando neste período o funcionamento, em pleno, da Roda de Penafiel.

A partir de janeiro de 1865, com o início de funções do Hospício, a exposição passa a ser considerada crime. Esta nova legislação reflete-se nos assentos: primeiro deixa de designar-se de “Roda” para se falar em “Hospício”, em segundo lugar as crianças passam a ser admitidas com guias (dos Regedores, dos administradores dos concelhos, entre outras entidades), nome, morada e profissão de quem conduz a criança, que tem que prestar juramento sobre as informações prestadas e informar se sabe algo sobre os pais ou expositores. A partir de janeiro de 1887 as entradas além da numeração individual passam a organizar-se por Séries, indo Penafiel até à 3ª Série.

Nos livros podemos constatar que o movimento de crianças entre Rodas foi uma constante, e realizou-se sobretudo com a Roda do Porto, Roda de Amarante, Roda de Unhão e Roda de Lousada. Nos Livros nº 15 (1870-1877), nº 16 (1877-1877), nº 17 (1887-1899), e nº 18 (1899-1913), anexados aos assentos, existem boletins de nascimento, boletins de casamentos, boletins de óbitos e averbamentos diversos. No Livro nº 21 (1924-1928) na fl 52 de 1926 fica a informação que o Hospício de Penafiel é extinto

a 31 de maio de 1928, sendo a maior parte das crianças transferidas para o Internato Alves de Magalhães, Hospício do Porto, Escola Maternal e Escola Profissional, Colonia Agrícola Ferreira Lapa.

Série 003- Saídas. Datas extremas:1838-1943

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/003

A série seguinte a ser descrita foi a 003 Saídas, que contém um total de 20 livros que vão desde 1838 até 1943. A maioria dos livros estão em estado regular, exceto o livro de 1842-1844, e a partir da página 369 as folhas estão danificadas, o que dificulta ou impede a leitura.

Nesta série podemos encontrar os registos de Saídas de Crianças da Casa da Roda de Penafiel para ficarem sob o cuidado de amas externas. Estes registos eram feitos de forma individual. Nestes registos de saídas temos lactações, porém são registados no Livro de Saídas como expostos. A estrutura destes assentos alterou-se no tempo: de 1842 a 1873 existe um formulário de preenchimento que continha a seguinte informação: nome da ama e do seu marido, morada, nome do expostos e nº de Entrada na Roda e ano, características físicas da ama, data de saída para a ama e pagamentos efetuados pela criação (leite ou de seco). A partir de 1873 até 1916 acresce a informação sobre o ofício do marido da ama, caraterísticas do exposto e número da ama. De 1916 até 1928 os pagamentos são divididos por trimestres. De 1893 até 1943 temos registados os expostos maiores de sete anos que se encontram ao cuidado das amas, e que são subsidiados em virtude da apresentação de atestado comprovativo da frequência nas escolas primárias.

Nas margens temos informações sobre a sua criação (se era de leite ou a seco), falecimentos e data de fim de criação.

As saídas não se encontram por ordem cronológica, podendo ter datas anteriores ou posteriores às indicadas.

Esta série pode ser relacionada com série 032 Pagamentos efetuados às amas.

Série_0008 Registos de Batismos dos Expostos. Datas extremas: 1891-1903

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/008

Registo de batismos dos menores entrados no Hospício de Penafiel que não tivessem batismo, ou dos que não constasse registo oficial. Estes batismos eram realizados no mesmo dia em que as crianças era admitidas ou no dia seguinte, contando destes assentos a seguinte informação: nº de admissão da criança e a sua série, nome de batismo, local e data do mesmo, indicação de quem apresentou a criança (diretor do Hospício), de que forma tinha sido admitida (provisória ou definitivamente), em que qualidade (se seria exposta ou não), nome dos padrinhos, seu estado civil e profissional, nome de quem realizou a cerimónia, e por fim a assinatura do celebrante e dos padrinhos. Estes batismos foram realizados na Igreja Matriz de Penafiel e o celebrante foi José Cerveira de Almeida.

Organizado cronologicamente.

Série_011 Lactações. Datas extremas:1862-1886

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ANE/011

A série seguinte a ser alvo de tratamento foram as lactações, num total de 14 livros, todos regulares para consulta, exceto o Livro de 1869 a 1871 que contém manchas de humidade, páginas coladas e deterioradas impossibilitando a leitura. O livro com datas extremas de 1883-06-15 a 1886-09-06 12 está dividido por 2 concelhos, pertencendo a primeira parte ao Concelho de Lousada, a outra a Paços de Ferreira, a unidade de instalação com data de 1883-08-10 a 1886-08-09 é unicamente dedicado ao registo de subsídios atribuídos para Amarante. O último livro, de 1882-12-09 a 1886-09-11, está novamente dividido por dois concelhos, Baião e Paredes.

Estes livros contêm os registos de concessões de subsídios de lactação por diversas entidades, sendo elas: a Câmara Municipal de Penafiel, Governo Civil do Porto, Comissão Distrital, Comissão Executiva da Junta Geral e Comissão Delegada da Junta. Estes subsídios eram uma forma de apoio financeiro às mães, ou famílias carenciadas durante o período de aleitamento da criança, evitando-se, assim, possíveis exposições. Contém: data da concessão da lactação, nome dos pais, estado civil, morada (localidade para onde foi atribuído o subsídio que podia ser: Penafiel, Paredes, Lousada, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras, Baião e Paços de Ferreira), nome da criança e data de

nascimento, fim do período de lactação, pagamentos efetuados e falecimentos. Estes registos eram numerados de forma individual, e a contagem começava do zero no início de cada ano. De 1875 a 1881 existe uma ausência de registos de pagamentos, que só voltam a ser registados de forma regular em meados de 1881. O formato dos assentos foi variando ao longo do tempo e a partir de 1883 até 1886, existe um formulário de preenchimento.

Série: _013 Correspondência Recebida. Datas extremas:1919-1922

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/013

Registo da correspondência recebida na Casa Hospício proveniente da Junta Geral do distrito do Porto. Contém correspondência vinda de autoridades com competências no plano dos expostos como: Comissão Executiva da Junta Geral, administradores do Concelho, Regedores de Freguesias, Hospital da Junta Geral, Câmaras Municipais, Depósito Geral de Géneros, Casa Hospício do Porto, Casa Pia de Passos de Sousa, Colonia Agrícola Ferreira Lapa, Escola Profissional Feminina, entre outras. Contém: nº da entrada, data (dia, mês e ano) e assunto.

Série: _ 014 Copiadores de correspondência enviada. Datas extremas: 1915-1925

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/014

Registo da correspondência enviada pelo Hospício para a Junta Geral do Distrito e para a Comissão Executiva da Junta Geral. Embora com menor incidência é possível encontrar correspondência com outras autoridades com competências em matéria de expostos como: Diretor administrativo do Depósito Geral de Géneros, diretor administrativo da Casa Pia de Passos de Sousa, Casa Hospício do Porto, Administradores do Concelho/ Bairro e Câmaras Municipais, entre outras.

Série_ 016 Registos de Receita e Despesa. Datas extremas:1850-1870

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/016

Registo das receitas e despesas da Roda de Penafiel. Os assentos eram feitos todos os meses (na frente da folha as despesas e no verso as receitas), apurando-se sempre que

saldo transitava para o mês seguinte. Contém: balanços anuais realizados nos finais de junho, pois cada novo ano económico começa no mês de julho.

Série_020 Diários de Despesa. Datas extremas:1862-1920

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/020

Registos da despesa diária no Hospício de Penafiel, organizada de forma mensal, contendo o total da despesa desse mês, e supervisionada pelo Vereador/ diretor(a), ou pelo 1º amanuense que paga as despesas por ordem do Vereador Encarregado da administração dos Expostos. Estes assentos de despesa contêm: Data (mês, dia e ano), descrição dos objetos ou serviços pagos (qualificação da despesa).

Serie_ 026 Rematações dos Expostos. Datas extremas:1793-1831⁸²

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/026

Registos dos autos de rematações das criações dos expostos da Cidade de Penafiel. Nos assentos é dito que se apregoou em praça pública diante do Juiz de Fora a criação de determinada criança que apareceu na Roda de Penafiel, abandonada na rua, ou que é filha de pais sem condições económicas de as criar, quem oferecesse menor preço ficaria encarregado da criação da dita criança. Os assentos contêm a informação seguinte: nome da criança, idade, nomes dos pais (se fossem conhecidos), local onde apareceu exposta, data do apregoamento, nome da ama, tempo de criação e pagamentos efetuados por estas criações.

Série_027 Atas (das visitas feitas à Roda do Quarto Círculo). Datas extremas:1855-1855

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/027

Em virtude do que dispões o § 5º do artigo 17 das providências sobre a administração económica dos Expostos de 30 de março de 1855, é realizada uma visita no dia 4 de agosto de 1855, comparecendo na Roda o presidente da Câmara Municipal e

⁸² Esta série não existe para o Porto e apresenta mais uma particularidade desta Roda.

o vereador encarregado da administração desta mesma Roda para fornecer todos os livros, objetos e esclarecimentos necessário ao visitador, António Jorge Malta, Chefe da Repartição Central dos Expostos.

Série_ 028 Alvarás de nomeação. Datas extremas :1866-1898

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/028

Registo de alvarás de nomeação de funcionários para a Roda de Penafiel. O 1º e o 2º alvará são produzidos pela Câmara Municipal de Penafiel, já os restantes são produzidos pela Comissão Distrital Delegada da Junta Geral do Distrito do Porto. Muitos dos funcionários referidos já se encontravam a exercer o cargo, porém estes alvarás são uma espécie de formalização dos mesmos. Estes alvarás de nomeação contêm as seguintes informações: entidade que concede a nomeação, nome do funcionário, cargo a que se propõe, vencimento anual, data da sessão em que foram produzidos os alvarás e as assinaturas dos responsáveis. No caso dos alvarás da Câmara temos a assinatura do presidente, do vice-presidente e dos vereadores, no caso da Comissão Distrital assina o presidente, o vogal, o secretário e o chefe da secretaria da Junta Geral. A partir do 4º alvará é possível verificar o pagamento prévio do imposto de selo do diploma que cada funcionário tinha que pagar.

Série_029 Diários da Receita. Datas extremas:1891-1920

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/029

Registos da Receita Diária no Hospício de Penafiel, organizada de forma mensal e supervisionada pelo diretor do Hospício a cada mês. Nestes assentos de receita temos as seguintes informações: Proveniência da receita, data (ano, mês e dia) e a importância.

Série_ 030 Livros de Ponto da Casa-Hospício de Penafiel. Datas extremas:1895-1919

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/030

Registo das presenças dos responsáveis pela administração do Hospício. Contém data (dia, mês e ano) e respetivas assinaturas.

Série_031 Registo de Óbitos dos expostos. Datas extremas:1911-1933

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/031

Registo de óbitos dos menores desvalidos da Casa Hospício de Penafiel. Estes registos contêm as seguintes informações: data da inscrição do óbito na secretária da Casa Hospício, nome do diretor que registou esse óbito, o nome do menor, o seu numero de entrada, livro, folha e série, a sua idade (em anos, meses e dias), a sua naturalidade, identificação do local e data onde foi inscrito o registo de nascimento, registo de filiação, causa de morte, data da mesma (dia, mês e anos) e onde foi sepultado. A partir da folha 81 este livro passa a servir para registar os óbitos ocorridos no Hospício Materno “Corte Real”.

Série_032 Registos de Pagamentos efetuados às amas. Datas extremas: 1789-1833

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/032

Registo de pagamentos efetuados às amas dos expostos de Penafiel. Contém as seguintes informações: data dos pagamentos e designação dos mesmos, nome do expostos e nº, nome da ama e morada. Esta série pode relacionar-se com a Série 003_ Saídas

Série_ 033 Sessões da Comissão de admissão de Expostos. Datas extremas:1864-1893.

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/033

Registo das sessões da Comissão de Expostos sobre a admissão de crianças contendo as seguintes informações: data (dia, mês e anos), lugar em que se realiza a sessão da Comissão, membros presentes nessa mesma sessão, decisão da dita comissão sobre a admissão das crianças e as assinaturas dos responsáveis. Em algumas deliberações podemos também encontrar requerimentos para obtenção de subsídios de lactação, registando-se quanto foram deferidos.

A partir da página 93v existem registos de pagamentos efetuados às amas de expostos maiores e menores de 7 anos. Estes registos contêm a seguinte informação: data (dia, mês e ano) em que se efetuaram os pagamentos, meses a que se referem estes pagamentos, se os pagamentos são de expostos maiores ou menores de sete anos e dos

respetivos lugares para onde se fez o pagamento: Lousada, Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes e Penafiel.

Os pagamentos encontram-se por ordem cronológica.

Pode relacionar-se com a série 032.

010-Processos de admissão. Datas extremas: 1865-1876

PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/010

A última serie a ser descrita é a numero 010- Processos de admissão de crianças, devido ao seu extenso volume e pela sua forma de descrição muito detalha, ao nível do documento composto, não foi possível descreve-la em tempo útil. Os processos passam a ser obrigatórios com a entrada em vigor do Hospício, todavia já em 1860 muitas crianças entram na Roda com processos muito semelhantes aos que encontramos em 1865.

Estes processos identificavam a entidade (administrador do concelho, regedor de paróquia, polícia etc.) que os enviava até ao Hospício, a condutora ou condutor que levava a criança, atividade profissional e estado civil da mesma. Era descrito em que circunstancia entrava a criança, se por abandono, e aí indicava-se o lugar onde foi encontrada, enxoval e sinais que trazia, neste caso era aberta uma investigação ao ato de exposição, pois passa a ser considerado crime. No caso de impossibilidade por parte dos pais em os criar ficava registado no processo a filiação (muitas vezes temos a indicação apenas do nome da mãe), atividade profissional, morada e estado civil dos pais.

Durante o estágio foram descritos cerca de 1124 processos de 1865 a 1876⁸³, contudo muitos outros ficaram por tratar devido à falta de tempo. Para que esta tarefa não ficasse pelo meio, e os processos pudessem ser disponibilizados, o ADP dará continuidade ao processo de descrição. Para descrever os processos foi-nos facultada uma espécie guião com campos de preenchimento obrigatório que seriam:

Título do documento composto: Processo de admissão de (nome dos expostos, nº (número)e ano de entrada. Teríamos ainda que dar a informação caso o processo fosse indeferido ou não consumado.

⁸³ O ADP já tinha iniciado a descrição de 2 caixas de processos de admissão referentes à Roda de Penafiel, pelo que a nossa descrição começa no número 101

Data inicial de produção: ex:1870-06-28

Data final de produção: ex:1870-07-02

Âmbito e conteúdo: informações dos pais, avós ou outra pessoa que entregue a criança (ex. condutora).

Identificação de bilhetes ou sinais da criança caso existam.

Contudo, com o decorrer do trabalho achou-se importante a identificação do lugar, e da freguesia de onde provinha a criança, quer fosse em casos de exposição quer fosse por admissão provisória da criança, todavia já não foi possível preencher todos os processos com mais esta informação.

Os processos foram a única série que tratamos com sinais, mostrando-se extremamente rica e com sinais por abrir, sendo que a maior parte se encontra muito bem conservada e unidos aos processos. Ora vejamos pelas imagens:

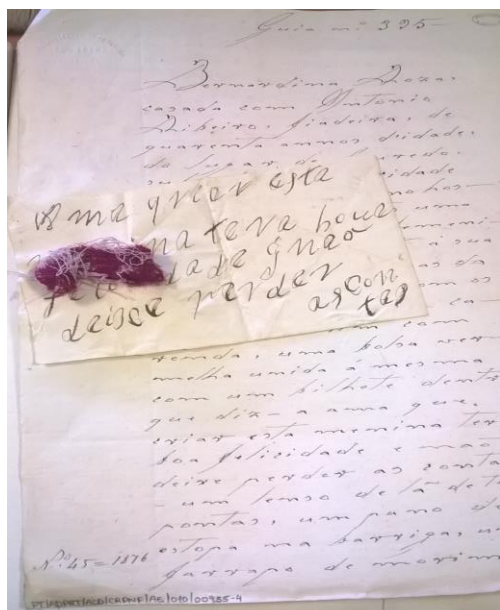
Imagem 3 – Exemplos de sinais presentes nos processos de admissão



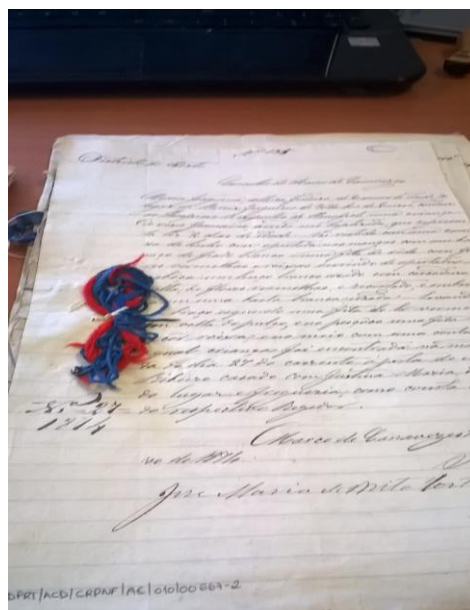
Processo de admissão de Custódia, nº 50 de 1874.



Processo de admissão de Joaquim, nº 89 de 1876



Processo de admissão de Joana nº 45 de 1876



Processo de admissão de Gestrudes, nº27 de 1874

Conclusão

No princípio deste trabalho começamos por ter um objetivo ambicioso, estudar e tratar arquivisticamente toda a documentação produzida pela Casa da Roda e Hospício de Penafiel, possibilitando o conhecimento e acesso da documentação para possíveis consultas e estudos.

Começamos este projeto com várias perguntas, base para a exploração da documentação que nos era proposto tratar. Contudo, com o decorrer do trabalho, centramo-nos principalmente em três perguntas centrais: reconhecimento das entidades que tutelavam e administravam a Roda e o Hospício, identificação do modelo de funcionamento desta instituição e, por fim, observar em que medida a transformação da Roda para Hospício afetaria o seu funcionamento e consequentemente o seu quadro orgânico-funcional.

Foi um estudo ambicioso se pensarmos não só na quantidade de informação a tratar, mas também porque estávamos a trabalhar sem informações bibliográficas específicas sobre a Roda de Penafiel. Não obstante, a inteligibilidade da fundação da Roda, tutelas, legislação, transformação ao longo do tempo, exigiu uma reconstituição do percurso diacrónico, de Roda a Hospício.

Penafiel, não obstante a proximidade do Porto, mas talvez por isso, teve um percurso diferente, o que exigiu perceber a própria evolução dos limites daquele concelho, a que corresponderia uma área de exposições e de lactações sob a jurisdição da Casa.

Saber quem fazia o quê, na procura dos produtores da informação que queríamos entender para tratar arquivisticamente, obrigou a uma observação muito exaustiva, principalmente dos Livros de Entradas e Saídas, para identificar as personagens intervenientes na construção da memória deste arquivo.

A organização da informação teve sempre como ponto de comparação tratamentos já realizados para a Roda e Hospício do Porto, por permitir uma comparação entre as instituições assinalando possíveis semelhanças, como também para identificar as diferenças entre ambas.

Concluiu-se que a Roda do Porto não pode ser vista de forma isolada, e que este estudo levanta um pouco o véu sobre a “relação de apoio” que teria que existir entre estes

estabelecimentos em momentos de lotação ou escassez, financeira. Embora a Roda do Porto se sobrepusesse à de Penafiel, a sua importância é inegável, facto comprovado em 1854, em que apenas se mantiveram no Distrito do Porto duas Rodas, a do Porto e Penafiel. A par disto, a Roda de Penafiel possui particularidades específicas, quer na sua História quer na produção da documentação, e por isso não deve ser vista como uma réplica da Roda do Porto merecendo um estudo e tratamento adequado às suas características.

Consideramos que respondemos, ou pelo menos tentamos, às perguntas de partida, reconhecendo a Câmara de Penafiel como sendo administradora da Roda e do Hospício até cessar as suas responsabilidades em 1878, identificando como principais figuras na administração da Roda o vereador e o amanuense.

Com o avançar do tempo toda esta administração se tornou mais complexa e os seus quadros acompanharam esta tendência. Basta observar a documentação pertencente ao Hospício, agora com um diretor, auxiliado de mais que um amanuense e de uma comissão que delibera sobre a admissão de crianças. No entanto, a transformação de Roda para Hospício não terá significado um corte profundo e imediato no que toca aos quadros administrativos, existindo um período de adaptação. O mesmo não se pode dizer do modo como passam a ser admitidas as crianças e ao tipo de documentação necessária para entrar no Hospício, porque a mudança na elaboração da documentação é já visível desde 1858, com a entrada em vigor das medidas restritivas ao abandono.

Embora neste trabalho se tente definir e distinguir a Casa da Roda de Penafiel do Hospício, essa divisão será pouco nítida ao consultar-se a plataforma Digitarq, imperando a designação Roda de Penafiel. Segundo a ODA o nome da organização deveria ser o último. No entanto, como Casa da Roda é o nome mais conhecido e vulgarizado para a assistência a expostos, optou-se por manter o nome original e não Hospício.⁸⁴

Esta decisão foi tomada para também facilitar a pesquisa e acesso aos utilizadores, pois não podemos esquecer que as crianças que tem registos nos Livros de Entradas da Roda não desaparecem nos livros pertencentes ao Hospício. Além disso, optou-se por

⁸⁴ Orientações para a Descrição Arquivística. 2º versão. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2007 [on-line]. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf.P.34

seguir o mesmo modelo já utilizado para descrever a Roda e o Hospício do Porto.

Não pensemos, contudo, que a passagem de Roda a Hospício terá sido uma decisão fácil e aceite sem reservas a nível social, porque muito se discutiu sobre os malefícios de acabar com as Rodas ou de as manter, e de quais seriam as melhores medidas para restringir a exposição. Efetivamente, desde 1858 até à implantação dos Hospícios em 1867 existe um período de habituação, com avanços e recuos, até, se assim quisermos chamar, de experimentação.

Ao longo do trabalho foi necessário reformular duas vezes o projeto inicial para que o trabalho fosse exequível, contudo temos a noção de que muito ainda ficou por fazer, não só no que diz respeito ao tratamento da informação presente nas caixas de 1841 até 1865 e nos processos de admissão de 1876 até 1928, como no estudo orgânico-funcional por falta de informações concretas. A possibilidade de ainda se encontrar documentação sobre a Roda de Penafiel na Assembleia Distrital do Porto comprova que o tratamento deste fundo ainda não está concluído, e a documentação em falta poderá ser sua uma mais valia para a história institucional. No entanto temos a noção que já teremos dado passos importantes na identificação de mais uma Roda, contribuindo assim com mais um ponto para a construção de uma História Geral, possibilitando o acesso à informação. Neste sentido, História e Património cruzaram-se, porque este estudo possibilitará, pensamos, o conhecimento e a localização da informação, permitindo ao público a sua consulta e a preservação de mais um património – porque conhecer é existir, é viver, é continuar no futuro.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas:

- Arquivo Municipal de Penafiel:
- A.M.P., A110/112- Registo Geral- Leis, cartas, provisões, ordens, 1826-1895
- Juramento das Câmaras, 1836-63-Arquivo Municipal de Penafiel. AMPNF/LV2
- Arquivo Distrital do Porto:
- Copiador De Circulares Expedidas, de 1841-12-11 a 1871-05-31 – Arquivo Distrital do Porto – PT/ADPRT/AC/GCPRT/A-C/019.
- Documentação da casa da Roda e Hospício de Penafiel:
- 002-Livros de Entradas- PT/ADPT/ ACD CRPNF/AE/002
- 003-Livros de Saídas- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/003
- 010-Processos de admissão- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/010
- 011-Lactações- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ANE/011
- 016-Receitas E despesas- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/016
- 020-Diário de despesa -PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/020
- 026-Rematações expostos- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/AE/026
- 027-Atas- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/027
- 028-Alvaras de Nomeação- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/028
- 029- Diários da Receita- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/029
- 033-Sessões da Comissão de admissão de expostos- PT/ADPRT/ACD/CRPNF/ADM/033

Fontes Impressas:

- Portaria 15 de Novembro de 1839 [Em linha]. Legislação Régia [Consultado em 2017-09-20]. Disponível em: <http://legislacao regia.parlamento.pt/V/1/20/17/p555>.

- Decreto de 26 de Março de 1884 [Em linha]. Legislação Régia. [Consultado em 2017-09-19]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/58/39/p109>.
- Decreto-lei n.º 19-952. [Em linha]. Diário da República, 27 jun. 1931. [Consultado a: 08/09/2017]. Disponível em: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/dep_legal_DL_19-952.pdf. p.1253.
- Decreto-lei n.º 19-952. [Em linha]. Diário da República, 27 jun. 1931. [Consultado a: 08/09/2017]. Disponível em: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/dep_legal_DL_19-952.pdf. P.1255
- Decreto-lei n.º 19-952. [Em linha]. Diário da República, 27 jun. 1931. [Consultado a: 08/09/2017]. Disponível em: http://www.apel.pt/gest_cnt_upload/editor/File/dep_legal_DL_19-952.pdf. p.1264
- Decreto de 19 de Setembro de 1836 [Em linha]. In Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836. Sexta Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp. 11-12. [Consultado em: 2017-07-13]. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1836.htm>. 4º, Artº53º, Cap.II, Tit.IV do Código Administrativo de 1878

Bibliografia:

- ABREU, Laurinda – *Pina Manique um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A, 2013.
- AGUIAR, J. Monteiro de – *A Terra de Penafiel*. Porto: Tip. Da Casa Nuno Alvares, 1943.
- ALVES, Patrícia Alexandra Lopes – *A Construção e Reconstrução de Memória da Casa da Roda do Porto - o arquivo (1689-1838)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado.
- ALVIM, Maria Helena Vilas Boas – *Em torno dos expostos: as duas primeiras casas de expostos portuguesas*. In **Revista de História**, vol. 1 (1984). Porto:

Universidade Livre, 1984. pp. 147-166.

- AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no Séc. XVIII (1690-1814) estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, vol.1. Dissertação de Doutoramento.
- Arquivo Municipal de Penafiel – *Administração do Concelho de Penafiel 1836-1937*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2005.
- COIXÃO, António N. Sá; TRABULO, António A. Rodrigues – *Filhos de um Deus Menor ou a predestinação de gente condenada ao sofrimento. Ensaio sobre o estudo de enjeitados, desvalidos e perseguidos em terras de Foz Côa (séculos XVI a XX)*. Vila Nova de Foz Côa: Edições da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1997. ISBN 972-95164-9-9.
- CORTES, Nuno Maria Osório Nóbrega – *O abandono de crianças no Algarve o caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*. Porto: Faculdade de Letras, 1991. Dissertação de Mestrado. FERREIRA, José F. Coelho - *Misericórdia de Penafiel 5º centenário (1509-2009)*. Penafiel: Livro Fiel, 2009.
- FUNDO, António José Pinto do – *Elites e finanças o concelho de Penafiel na reforma liberal (1834-1851)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.
- FUNDO, António José Pinto do – *As Finanças da Regeneração à República: A Câmara de Penafiel (1878-1910)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Tese de Doutoramento em História.
- ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Trad.Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em arquivos. 2º. Ed.Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002. [on-line] Disponível em: http://act.fct.pt/wp-content/uploads/2014/05/ISADG_PORT.pdf
- LOPES, Maria de Fátima dos Santos – *Ensino e Assistência Social, o papel da Junta Geral do Distrito do Porto e da Junta de Província do Douro Litoral*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado em História da Educação.

- MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: Estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação de Mestrado
- Orientações para a Descrição Arquivística. 2º versão. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2007 [on-line]. Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf
- PILOTO, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde 1835/1854*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996. Tese de Mestrado.
- RAIMUNDO, Natércia Reis – *A Roda e os Expostos*. [S.L.]: Almeida, 1994.
- RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute – *Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001.
- SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências” documentais à ciência de informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição de autor], 1987. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras.
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- SANTOS, Geralda Maria Marques Ferreira dos – *População e economia da cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime 1785-1807*. Penafiel: Museu Municipal, 2000.
- SOEIRO, Teresa – *Penafiel, composição de um espaço administrativo. In História Local*. Penafiel: Museu Municipal, 2005.
- Sentir Penafiel [em linha]. Câmara Municipal de Penafiel. [consultado em 12/09/17]. Disponível em: <http://www.cm-penafiel.pt/pt-pt/visitar-penafiel/apresentacao-do-concelho.asp>

Anexos

Anexo 1 – Quadro de competências da Junta Geral do Distrito /Administrador Geral, Governador Civil	82
Anexos em Excel.....	85

Anexo 1 - Quadro de competências da Junta Geral do Distrito /Administrador Geral, Governador Civil

Ano/ Decreto	Atribuições deliberativas da Junta Geral do Distrito	Administrador geral / Governador civil
1836, 6 de novembro	Art.º 77º § 6º “designar as quotas com que os Concelhos deviam contribuir para a sustentação dos Expostos, bem como os locais em que as Rodas deviam estabelecer-se no Distrito.p13	Artº. 108º § 4 º “vigiar sobre a pontual observância das Leis relativas a Expostos tomando em especial consideração aquela classe desvalida, e protegendo-a. p.16 § 5º- Auxiliar do produto comum das rendas das Irmandades e Confrarias dos seus Distritos os Estabelecimentos mais necessitados, ou mais úteis, com as sobras dos outros, ouvindo as Juntas de Paróquias, as Câmaras respetivas, e o Conselho de Distrito; e usando da maior circunspeção e prudência neste assunto. p.16 e 17 § 6º- Regular o método de fiscalização pelo modo que entendessem mais acertado, exigindo as contas, mapas e informações, e estabelecendo para isso os modelos, por forma que o sistema fosse uniforme e fácil, não só para que se obtivesse pronto resultado, mas para que a todo instante se conhecesse o estado dos mesmos estabelecimentos. p.17 § 7º- Informar anualmente o Governo do estado dos referidos Estabelecimentos, promovendo o seu melhoramento, ou propondo as providências que fossem necessárias para ele se obter, quando estas não fossem da sua competência.p.17 § 8º - As disposições de que tratavam os parágrafos antecedentes eram extensivas igualmente aos Hospitais, Albergarias e a quaisquer outros Estabelecimentos Pios ou de Caridade, independentemente da sua denominação, que não fossem sujeitos à administração das Câmaras Municipais, ou não estivessem debaixo da imediata proteção do Governo. P.17
1842, 18 de março	Artº .216º VII- Votar as quotas, com que os Concelhos deviam contribuir para a sustentação dos expostos, e aplicar-lhe as contribuições e rendimentos que tivessem este destino especial. p.20 VIII- Designar os lugares, em que as Rodas deviam estabelecer-se; p.20	Artº. 226º II- Superintender todos os estabelecimentos de piedade e beneficência, promovendo o seu melhoramento, regulando a sua administração, fiscalizando as suas despesas, e exercendo o direito de demitir os seus empregados, e dissolver as suas mesas, nomeando comissões, que as substituíssem até nova eleição. P.22
1878, 6	Artº.53º - 4º- Regular e dirigir a	Artº. 186º O Governador Civil tinha sob

maio	<p>administração dos expostos e crianças desvalidas e abandonadas; p.27</p> <p>5º- Criar estabelecimentos distritais de beneficência, instrução e educação; p.27</p> <p>6º- Subsidiar estabelecimentos de beneficência, instrução e educação. de que não seja administradora, uma vez que esses estabelecimentos sejam de reconhecida utilidade a alguma povoação importante ou a alguma classe digna da proteção pública; p.27</p>	<p>sua tutela a administração das confrarias, irmandades e institutos de piedade ou de beneficência, e no exercício destas funções tinha que:</p> <p>1º. regular a sua administração, em harmonia com os fins dos respectivos estatutos; p.32</p> <p>2º. aprovar os orçamentos; p.32</p> <p>3º dissolver as mesas ou administrações, nomeando comissões que administrassem provisoriamente até à época da eleição ordinária, quando não julgasse conveniente antecipar a eleição. P.33</p>
1886, 17 de julho	<p>Artº.54º 4º- A Junta deliberava sobre administração dos expostos e menores desvalidos ou abandonados desde os sete até aos dezoito anos de idade, e sobre fundação ou subsídios para fundação de asilos ou escolas distritais de artes e ofícios, onde se lhes ministrasse a conveniente educação.</p> <p>6º.Sobre subsídios a estabelecimentos de beneficência, instrução e educação, de que não fosse administradora, mas que fossem de utilidade para o Distrito ou para uma parte importante dele;</p> <p>13º Sobre regulamentos para o regimento dos estabelecimentos e serviços pertencentes à Administração Local.</p> <p>A Junta Geral podia deliberar provisoriamente segundo o Artº 55º 4º sobre a criação de estabelecimentos e institutos de utilidade para o Distrito, sua dotação e extinção; Estas deliberações provisórias tornavam-se definitivas ao fim de 40 dias não fossem suspensas pelo Governo. P.38</p>	<p>Artº.217º 13º Aprovar, precedendo consulta do Tribunal Administrativo, os estatutos das associações e institutos de recreio, proteção às pessoas ou animais, instrução pública, piedade e beneficência, bem como os seus regulamentos orgânicos e dos estabelecimentos por estas corporações administrados; p.43</p> <p>19º - Remeter ao Tribunal de Contas ou ao Tribunal Administrativo, segundo as suas competências, as contas de gerência dos Corpos Administrativos e das corporações de piedade e beneficência, dentro do prazo de quinze dias contados desde que as tivesse recebido, acompanhando-as das informações que julgasse convenientes;</p> <p>Segundo o Artº 220º competia também ao Governador Civil a inspeção dos institutos de piedade ou beneficência que não estivessem imediatamente subordinadas ao Governo e por isso tinha que:</p> <p>1º - Regular, por meio de instrução, a sua escrituração e contabilidade;</p> <p>2º- Aprovar os seus orçamentos, e autorizar os atos da sua administração que pudessem influir nos mesmos orçamentos com exceção do levantamento de empréstimos, aquisição de bens imobiliários, alienação destes bens e de quaisquer capitais, aplicação a despesas correntes de capitais distratados ou que constituíssem o seu fundo, e de herança, doações ou legados, se não fossem deixados com esta cláusula; o que tudo dependesse da autorização; p.44</p> <p>7º- Enviar ao Ministério Público, junto do Tribunal Administrativo, as cópias autênticas das deliberações das irmandades, confrarias e institutos de piedade ou beneficência, que envolvessem ofensa de Lei ou regulamento de administração pública, ou dos seus</p>

		compromissos e estatutos, a fim de reclamar a sua anulação. P.45
1892, 6 de agosto	O decreto de 6 de agosto extingue as Juntas Gerais de Distrito, e cria as Comissões Distrais composta pelo Presidente, o Governador Civil, pelo auditor administrativo e três vogais. P.48	<p>Artº263 4- Tutela administrativa sobre os Corpos Administrativos, as corporações e institutos de piedade ou beneficência e outros estabelecimentos públicos. P.50</p> <p>17º- Remeter ao Tribunal de Contas ou apresentar à Comissão Distrital, segundo as suas competências, as contas de gerência dos Corpos Administrativos e das corporações ou institutos de piedade ou beneficência, dentro do prazo de trinta dias desde que as tivesse recebido, acompanhando-as das observações que julgasse convenientes. P. 52</p> <p>Artº267º- 8- Aprovar os estatutos das associações e institutos de recreio, instrução pública, educação, protecção às pessoas ou animais, piedade ou beneficência, hospícios, bem como os seus regulamentos orgânicos e dos estabelecimentos que administrassem, enviando cópia autêntica ao Ministério do Reino;</p> <p>9º- Regular, com aprovação do Governo, a fundação e administração de estabelecimentos de instrução, beneficência ou outros de utilidade pública, quando sobre o assunto não houvesse providenciados os seus instituidores.</p> <p>Competia também ao Governador Civil pelo nº 4 do Artº. 263 a inspecção a institutos de piedade ou beneficência que não estivessem imediatamente subordinadas ao Governo.p. 54</p>
1913, 6 de Junho	<p>Regressam as Juntas Gerais de Distrito, sendo que agora no Distrito e no Concelho funcionava uma Comissão Executiva, delegada do corpo administrativo.</p> <p>As Juntas voltam a ter as suas antigas competências: Capitulo II, art.º 45º:</p> <p>6- Criar estabelecimentos distritais de beneficência, instrução e educação;</p> <p>7- Subsidiar estabelecimentos distritais de beneficência, instrução e educação, de que não fossem administradoras, contando que esses estabelecimentos fossem de utilidade para os respetivos Distritos.p.58.</p>	

Anexos em Excel

Anexo 2 – Série 002 – Entradas

Anexo 3 - Série 003 – Saídas

Anexo 4 - Série 008 – Registos de batismos dos expostos

Anexo 5 - Série 011 – Lactações

Anexo 6 - Série 010 – Processos de admissão de crianças

Anexo 7 - Série 013 – Correspondência recebida

Anexo 8 - Série 014 – Copiadores de correspondência enviada

Anexo 9 - Série 016 – Registos de receita e despesa

Anexo 10 - Série 020 – Diários de despesa

Anexo 11 - Série 026 – Rematações de expostos

Anexo 12 - Série 027 – Atas

Anexo 13 - Série 028 – Alvarás de nomeação

Anexo 14 - Série 029 – Diários de receita

Anexo 15 - Série 030 – Livros de ponto na Casa Hospício de Penafiel

Anexo 16 - Série 031 – Registos de óbitos de expostos

Anexo 17 - Série 032 – Registos de pagamentos às amas

Anexo 18 - Série 033 – Sessões da Comissão de Admissão de Expostos